
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

CURITIBA
Abril /2010

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
X
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Exercício de 2009

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
LUIZ FORTE NETTO

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
HERON ARZUA - Presidente

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
ENIO JOSÉ VERRI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação das Associações dos Municípios do Paraná
ANTONIO WANDSCHEER

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
JEFERSON DANTAS NAVOLAR

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
ANTONIO BORGES DOS REIS

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
LUIZ FORTE NETTO

Superintendente Executiva
RAJINDRA KAUR SINGH

Diretor de Administração e Finanças
LUIZ EDUARDO MARQUES HALILA

Diretora de Operações
MIRYAM KRAVCHYCHYN

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2010.

Ao
**Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**
Nesta.

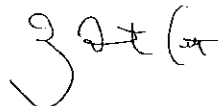
Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE, no exercício de 2009, foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica aprovado na 110ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2008.

Atendendo ao disposto na lei instituidora do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2009.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2009 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

Atenciosamente,



Luiz Forte Netto
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	03
II	COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	03
III	CARTA DO SUPERINTENDENTE	04
IV	SUMÁRIO	05
V	APRESENTAÇÃO	06
VI	RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	07
VII	RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES	31
VIII	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS	69
	• Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE	71
	• Demonstrativos Orçamentários FDU	77
	• Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa	83
	• Demonstrações Contábeis	85
	• Auditoria Externa	109
IX	ANEXO	147

V - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório serão demonstradas as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2009 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias.

São agrupadas, neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Objetivo:

Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:

Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2008 a outubro/2009. Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2009 a outubro/2010. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizado em fevereiro de 2009, com o reajuste de 8% para todas as faixas salariais. Realizado em novembro de 2009 com o reajuste de 6% para todas as faixas salariais. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:

Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção contínua. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise da demanda de atendimento dos Escritórios Regionais.

Ação:

Proporcionar condições aos escritórios regionais, a fim de adequá-los para o fiel cumprimento dos objetivos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Equipar os escritórios regionais com vistas a suprir as necessidades tecnológicas, bem como outros instrumentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de equipamentos de vídeo conferência no Escritório Regional localizado em Ponta Grossa. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de clientela para treinamento específico. • Possibilitar o treinamento demandado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário - Soluções Geoespaciais para Infra-Estrutura e Sustentabilidade, 02 empregados. • 10º Fórum Internacional de Software Livre, 02 empregados. • III Fórum Brasileiro de Direito Municipal e I Fórum Brasil-França de Direito Publico, 01 empregado. • Seminário Virtualização XEN, 01 empregado. • IV Simpósio Internacional de Avaliação de Pavimentação e Projetos de Reforço, 05 empregados. • IV Conferência Latino-Americana de Software Livre, 04 empregados. • IV Conferência Latino-Americana de Software Livre, 04 empregados. 	X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos relacionados a área de Geo Processamento (online), 01 empregado. • Graduação Tecnologia em Produção de Multimídia, 01 empregado. • Graduação Tecnologia em Gestão de Eventos, 01 empregado. • Graduação em Tecnologia em Gestão Pública, 23 empregados. • Curso de Pós Graduação em Controladoria e Finanças, 01 empregado. • Curso de Especialização em Rede de Computadores, 01 empregado. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:

Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos. 	<ul style="list-style-type: none"> Renovação das apólices de Seguro na Sede e em todos Escritórios Regionais. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:

Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Revisões e atualizações. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovada a versão 04 da Norma de Gestão NG 003, que trata da Jornada de Trabalho e Férias em 18/09/2009. Aprovada a versão 13 do Anexo I da Norma de Gestão NG 004 - Deslocamento de Pessoal, em 18/11/2009. Atividade contínua. 	X		
		X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:

Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo e apoio a eventos, programas, reuniões e cursos que possibilitem ou facilitem atingir os objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizada a sexta edição do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos (2009-2010), nos dias 2 a 4 de dezembro, em Foz do Iguaçu. O encontro teve como objetivo principal promover a reflexão e o debate sobre os rumos que o País poderá seguir após a crise financeira e apontar as oportunidades que se abrem. A pauta dos debates abrangeu quatro temáticas principais: desenvolvimento local e regional, liderança, planejamento e gestão estratégica e criação de ambientes favoráveis à implantação de micro e pequenas empresas. Participação na III Conferência Internacional de Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira - Integração e Sustentabilidade, ocorrida em agosto de 2009 em Foz do Iguaçu, a qual está voltada à troca de conhecimentos sobre os contextos sociais, cultural, políticos, institucionais, econômicos e ambientais nas áreas de fronteira, cujos desafios de integração são históricos nas Américas. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:

Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o Know-how do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> Recepção em junho/2009, da embaixatriz da França no Brasil, Marie-Pierre Pouillieute, que esteve acompanhada de técnicos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A comissão veio conhecer o funcionamento do sistema de financiamento de ações municipais do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e iniciar conversações para a seleção dos projetos que vão receber os primeiros estudos de aproveitamento energético em um possível trabalho de cooperação técnica entre o Paraná e a França. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:

Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o Know-how do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> Recepção de técnicos da Agência de Fomento da Bahia (Desenbahia), vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, que vieram conhecer a estrutura do PARANACIDADE e o funcionamento do sistema de financiamento de ações municipais, também foram apresentados o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM), o elenco de projetos financiáveis pela Sedu/Paranacidade, o Índice de Ofertas de Serviços Públicos (IOSP). 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:

Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE. 	<ul style="list-style-type: none"> Processo contínuo. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE às diretrizes do Decreto Estadual nº 3736, de 10.11.97.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Alternativas decorrentes de alterações de legislação tributária estadual e municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Em contínua atualização. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> Alterações no regulamento do FDU. 	<ul style="list-style-type: none"> Decretos nºs 4107 e 5629/2009. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Constituição de base real e atual de todos empréstimos e subempréstimos concedidos com recursos do FDU. 	<ul style="list-style-type: none"> Em contínua atualização. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> Constituição de Sistema Gerencial Financeiro, baseado em Banco de Dados informatizado para acompanhamento e gerenciamento de contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema em desenvolvimento permanente utilizando a mesma base de informações do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. Fase de desenvolvimento, teste e automatização de novas funções. Manutenção contínua. 		X X X	
<ul style="list-style-type: none"> SACE – Sistema de acompanhamento dos convênios especiais (PEOM). 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção contínua. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> Ajustes, adequações e manutenção contínuas. Acompanhamento do processo de substituição dos serviços de acesso a Internet e da Rede de Comunicação entre as unidades regionais do PARANACIDADE e a Sede. Implantar Sistema de Informação Integrado para Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças Contabilidade e Relatórios Gerenciais). Reiniciado o processo para adequação dos valores, para na sequência ser elaborado o Edital de licitação para adquirir o referido sistema. 		X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de equipamentos de informática, telemática e de telefonia novos, bem como a substituição dos equipamentos que não atendam as especificações técnicas definidas para a Entidade, inclusive servidores de rede, estações de trabalho, impressoras e demais componentes. Adquiridos e implantados no ano de 2009. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Edição de Agenda Anual para 2010 e de Calendário, com distribuição dirigida. 	<ul style="list-style-type: none"> Confecção de 6.500 Agendas e 4.000 Calendários, com distribuição em janeiro/fevereiro de 2010. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Página eletrônica para livre e fácil acesso de público interessado nas ações e atuações da empresa. • Desenvolvimento de um novo layout para a página eletrônica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e atualizações contínuas. • Procedimento executado e em fase de ajustes, adequações e testes. 		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE e Municípios que a este aderirem, cujo objetivo é a implementação do Programa "Centro de Referência de Assistência Social - CRAS-PR", por meio da construção de espaços públicos voltados à identificação de situações de vulnerabilidade social e risco no território de abrangência, articular a rede local e prestar serviços em atenção às necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população dos municípios paranaenses. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Termo de Cooperação Técnica nº 001/2008, celebrado entre o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, cujo objetivo é o intercâmbio de informações de interesse público, base de dados cadastrais e estatísticas, bases cartográficas, urbanas e rurais, imagens, fotografias aéreas e outros dados e informações pertinentes e de interesse das partes. • Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo objetivo é o fornecimento de apoio técnico para implementação de Sistema de Informações que possibilite a gestão e acompanhamento das obras do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em especial a cessão de direitos de uso do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM, do PARANACIDADE, com as necessárias adaptações. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:

Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer conclusivo da auditoria, realizado pela BDO TREVISAM AUDITORES INDEPENDENTES, previsto para fevereiro de 2010. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da Auditoria relativa ao exercício de 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão fevereiro de 2010. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditação das ações e programas do PARANACIDADE.

Ação:

Acompanhamento e assessoria às ações de auditoria executadas pela auditoria externa e do Tribunal de Contas do Estado.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e assessoria aos profissionais no exercício de auditorias técnicas, contábeis e financeiras, elaborando relatórios, demonstrativos e fornecendo informações necessárias ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações contínuas. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:

Estabelecer plano de metas, objetivos e respectivos orçamentos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estratégica para 2010 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira, ambos, aprovado pelo Conselho de Administração em 26/11/2009, bem como a Revisão Orçamentária e Financeira. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:

Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma reunião ordinária a cada quatro meses do Conselho de Administração e extraordinárias, a qualquer tempo, quando julgado necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas 04 (quatro) reuniões Ordinárias do Conselho de Administração. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões mensais da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e 06 (seis) extraordinárias, da Diretoria Executiva, em 2009. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:

Atualizar Lei de Criação, Estatuto Social e o Contrato de Gestão, em razão das alterações identificadas como necessárias para as atividades da empresa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Novo Contrato de Gestão a ser firmado com o Estado do Paraná, atendendo as novas diretrizes estabelecidas pela Lei 15.211/2006. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos em andamento. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Objetivo:

Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:

Assessoria Técnica na elaboração de convênios/ contratos, relativos a empréstimos e subempréstimos com os Municípios e outros executores.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A.– AFPR (agente financeiro do Programa Paraná Urbano II) e os Municípios (subtomadores de empréstimos). • Elaboração dos contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A.– AFPR e os Municípios, relativo ao Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de elaboração de 23 contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. – AFPR e municípios. • Solicitação de elaboração de aditivos a contratos de empréstimo entre AFPR e municípios. • Solicitação de elaboração de 99 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios. • Solicitação de cancelamento de 07 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios. 	X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Saneamento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. 	<ul style="list-style-type: none"> Em desenvolvimento obras de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e obras visando à eliminação de passivos ambientais, em municípios da área de concessão da SANEPAR. Elaboradas 10 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 04 obras de saneamento. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. 		X	
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Quadras de Esportes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Quadras de Esportes Cobertas em Instituições Públicas de Ensino, estaduais e municipais, em diversos municípios, em atendimento às indicações fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação – SEED. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em execução obras para construção de Quadras de Esportes Cobertas em instituições públicas de ensino em diversos municípios • Fiscalização das obras, elaboração de 19 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 10 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos e construção de unidades de saúde, denominadas Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança, em municípios eleitos pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA. 	<ul style="list-style-type: none"> Em execução obras para construção de Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança em diversos municípios do Estado. Solicitação de complementações e análise das adequações que se fizeram necessárias ao Projeto-Padrão (arquitetônico e complementares). Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Recebimento e análise da documentação de propriedade dessas áreas. Realização de processo licitatório e contratação de serviços para elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados. Realização de processo licitatório e contratação de empresas para a execução das obras. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização das obras, elaboração de 342 planilhas de medição e processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 86 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. Preparação do edital e participação na comissão de licitação na modalidade Concorrência Pública, sob Regime de Registro de Preços, realizado pelo Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM / Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP para construção de novos centros de saúde. 	X		
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Programa Bombeiro Comunitário, em parceria com a Casa Militar da Governadoria, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP e a Polícia Militar do Paraná - PMPR/Corpo de Bombeiros – CCB. O programa prevê o financiamento da construção do prédio do Posto de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado, visando regularizar serviços de combate a incêndios e ações da Defesa Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Em execução obras para construção de Postos de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado. Solicitação e análise das reformulações e adequações que se fizeram necessárias ao Projeto-Padrão (arquitetônico e complementares). Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Análise da documentação de propriedade dessas áreas, do projeto de implantação e dos orçamentos. Efetuada supervisão, elaboradas 05 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 02 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa Centros da Juventude.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Programa Centros da Juventude em parceria com a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ. O programa prevê a construção de espaços públicos, destinados prioritariamente a adolescentes e jovens, voltados à realização de atividades educacionais, tecnológicas, culturais, artísticas e esportivas, em 30 municípios previamente selecionados. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação e análise do Projeto Padrão dos Centros da Juventude (arquitetônico e complementares). Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Recebimento e análise da documentação de propriedade dessas áreas. Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados. Preparação do edital e participação na comissão de licitação na modalidade Concorrência Pública, sob Regime de Registro de Preços, realizado pelo Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM / Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP para a execução das obras. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de Programa de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP. O programa prevê a construção dos prédios que visam o atendimento a pessoas e famílias que sofrem as mais diversas formas de vulnerabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação e análise do Projeto Padrão dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (arquitetônico e complementares). Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Recebimento e análise da documentação de propriedade dessas áreas. Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados. Preparação do edital e participação na comissão de licitação na modalidade Concorrência Pública, sob Regime de Registro de Preços, realizado pelo Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM / Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP para construção dos CRAS. 	X	X	X

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Escolas Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Programa Escolas Municipais em parceria com a Secretaria de Estado de Educação - SEED, para construção de complexos educacionais nos municípios indicados. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação e análise de quatro diferentes modelos de Projetos Padrão de Escolas Municipais (arquitetônicos e complementares). Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Recebimento e análise da documentação de propriedade dessas áreas. Elaboração de Termos de Referência para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa Mercado Brasil.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:			
		A	EA	NE	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do Programa Mercado Brasil em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. – CEASA-PR, iniciado em cinco municípios do Estado: Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. • O Objetivo do programa é implantar mercados populares, para comercialização de gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis à realidade local, tendo como público alvo famílias em vulnerabilidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação e análise do Projeto Padrão do Mercado Brasil (arquitetônico e complementares). • Vistoria e parecer urbanístico relativo aos terrenos disponibilizados pelos municípios para a execução das obras. Recebimento e análise da documentação de propriedade dessas áreas. 	X			
		X			
		<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados. • Avaliação de projeto e orçamento final, pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para liberação p/ licitação. 	X		
				X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Projeto de Construção do Hospital Regional de Ponta Grossa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • O projeto para construção do Hospital Regional de Ponta Grossa é objeto de Convênio de Cooperação firmado entre a SEDU/PARANACIDADE, a Secretaria de Estado da Saúde / Instituto de Saúde do Paraná – SESA/ISEP e a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. • De acordo com o convênio, cabe ao PARANACIDADE a execução do projeto a ser suportado com recursos financeiros disponibilizados pela SESA/ISEP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação de projetos, laudos, serviços técnicos complementares e equipamentos necessários à execução da obra, em conjunto com a SESA/ISEP. • Realização de processo licitatório para contratação de empresas para fornecimento de equipamentos e execução de serviços complementares à obra. • Acompanhamento e fiscalização da execução da obra, elaborando as respectivas planilhas de medição. Processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Projeto de Construção do Centro Cultural Denise Stocklos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> O projeto para construção do Centro Cultural Denise Stocklos é objeto de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a SEDU/PARANACIDADE, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC e o Município. De acordo com o convênio, cabe ao PARANACIDADE a contratação e fiscalização da obra, suportada com recursos financeiros disponibilizados pela SEEC. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e fiscalização da execução da obra, elaborando as respectivas planilhas de medição. Processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Projeto de Obras de Recuperação Ambiental – Projeto Novo Guarituba.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Projeto para execução de canais de macrodrenagem desenvolvido em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de execução de canais de macrodrenagem e controle de enchentes do Jardim Guarituba, no Município de Piraquara, que faz parte do Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba, para preservação de mananciais. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa para Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP, que conta com recursos próprios da Agência de Fomento do Paraná S.A. – AFP. 	<ul style="list-style-type: none"> O PARANACIDADE presta assessoria aos municípios; vistoria o recebimento do bem e solicita a liberação de recursos junto à AFPR mediante apresentação de fatura e documento declaratório da realização de vistoria técnica. Efetuada supervisão, elaboradas 112 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a aquisição de 112 equipamentos. As quantidades apresentadas referem-se a equipamentos adquiridos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - Caminhão Caçamba Basculante – 32; - Pá Carregadeira – 13; - Retroescavadeira – 19; - Motoniveladora – 24; - Rolo Compactador – 05; - Caminhão Coletor de Lixo – 08; - Ônibus Escolar – 09; - Camionete (tipo Kombi) – 02. 		X	
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Implementação de Sistema de Informações / Obras para o Tribunal de Justiça do Paraná.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação e implementação do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM às necessidades previamente especificadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná – TJ/PR. • Essa ação visa fornecer apoio técnico para implementação de um Sistema de Informações que possibilite a gestão e acompanhamento das obras do Poder Judiciário do Estado do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM do PARANACIDADE à Presidência, Diretores, Coordenadores e técnicos do TJ/PR, e definição das adequações a serem realizadas. • Treinamento de técnicos do TJ/PR no SAM do PARANACIDADE. • Apresentação e discussão do fluxo (macro) de ações dos projetos e obras do TJ/PR. • Elaboração de Base de Desenvolvimento e de Base de Teste do SAM do TJ/PR, com treinamento e discussão sobre adequações e/ou complementações que se façam necessárias. 	X		
		X		
		X		
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa PROCIDADES.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Firmado contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para prestação de serviços de consultoria para o Programa PROCIDADES, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O PROCIDADES é um mecanismo do BID para financiamento de projetos urbanos e sociais a municípios brasileiros. • De acordo com esse contrato, o PARANACIDADE presta apoio técnico ao BID na orientação e avaliação de projetos a serem financiados pelo PROCIDADES aos municípios de Araucária, Londrina, Colombo e Guarapuava, no Paraná, e de Itajaí, em Santa Catarina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concluídas todas as etapas de preparação e elaboração da proposta de financiamento do Programa de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana “Viva Cidade” do Município de Itajaí que foi aprovado pelo Comitê de Políticas Operacionais do BID. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de dados da matriz referente à existência de Planos Diretores e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná. • Supervisão da execução dos Planos Diretores (PDM e PDUOS) financiados pelo Programa Paraná Urbano, sendo emitidos pareceres técnicos para cada procedimento licitatório e para cada uma das cinco etapas de cada plano. • Acompanhamento de execução, análise e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Encontram-se concluídos 261 planos e há 114 ainda em andamento. • Acompanhamento da implementação dos Planos Diretores Municipais. 		X	
			X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual N° 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento pós relatoria de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT. • Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação. • Participação na Coordenação Estadual de Avaliação de Planos Diretores Municipais, promovida pelo Ministério das Cidades, Universidade Federal do Paraná e Observatório de Políticas Públicas/PR. • Participação no Colegiado de Gestão e no Grupo Executivo de Informações Territoriais Ambientais e Tecnologia – GEITA do Programa de Gestão Ambiental Integrado em Microbacias Hidrográficas – PGAIM. • Participação da Coordenação Estadual e da Coordenação Regional / Curitiba da Conferência Nacional de Saúde Ambiental – 1ª CNSA. 	X	X	
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Elaboração de Orto-Cartas Imagem, em escala 1:50.000, cobrindo todo o Estado do Paraná, obtidas através de imagens via satélite.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, Mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão dos serviços contratados, tendo sido elaborados os seguintes produtos: <ul style="list-style-type: none"> - 99 Imagens Brutas; - 326 arquivos Modelo Digital do Terreno (MDTs); - 235 Relatórios de Pontos de Carta; - 91 Relatórios de Pontos de Campo; - 326 Ortocartas-Imagem Preliminares; - 193 Ortocartas-Imagem Finais; - 218 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Preliminares; - 45 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Finais; - 228 Atualizações Preliminares; - 152 Impressões de Ortocartas Imagem; e - 26 Impressões de Mapa de Uso do Solo. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolvimento de metodologia própria visando à montagem de um Programa de Monitoramento de Indicadores Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e implantação de um sistema de ranking municipal que tem por base o cálculo do Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP (média dos Índices de Carência Relativa – ICRs de Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano) e do Índice de Eficiência Fiscal – IEF (relação entre a receita tributária e a renda municipal). 	<ul style="list-style-type: none"> Calculados o Índice de Esforço Fiscal – IEF e o Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP para todos os municípios do Estado, com base em metodologia previamente definida. Estes índices possibilitam classificar (pela elaboração de um <i>ranking</i>) os municípios em termos de sua capacidade relativa de atender as demandas da população urbana. O primeiro <i>ranking</i> municipal foi elaborado em 2004, com a definição de uma linha de base zero. Anualmente o ranking municipal é atualizado com os dados disponibilizados pelos municípios. O ICR de desenvolvimento urbano baseia-se em dados relativos aos índices de cobertura de serviços de iluminação pública, pavimentação de vias urbanas e saneamento. Para possibilitar esse cálculo foram coletados e atualizados mapas contendo a situação dos 399 municípios. Estes mapas foram digitalizados e atualizados pela equipe técnica do PARANACIDADE. Esse processo de atualização anual possibilitará avaliar a situação de cada município e a evolução de seus respectivos indicadores ao longo do tempo. 	X		
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de Banco de Dados da Dívida Fundada e Balanços de Receita e Despesa dos Municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de dados de 704 Balanços de Receitas e Despesas Municipais. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos de capacitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados 09 cursos sobre o tema Contribuição de Melhoria, tendo sido treinados e capacitados 279 participantes. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação técnica sobre Tributos Municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação técnica a municípios e outras instituições oficiais (Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Câmaras de Vereadores Municipais) sobre tributos: IPTU, ITBI, ISS, Taxa de Serviços Urbanos, Taxa de Poder de Polícia, Contribuição de Melhoria e Custeio da Iluminação Pública. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de estudos e pareceres tributários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de estudos e pareceres tributários relativos a temas como: tabela de fatores de valorização imobiliária; pedágio em rodovias do Estado do Paraná; sistemas de coleta e destinação de resíduos sólidos; decadência do direito de constituir o Crédito Tributário e prescrição da dívida ativa tributária. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e revisão/atualização de manuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e atualização ou revisão de manuais/apostilas relativos aos seguintes assuntos: <ul style="list-style-type: none"> - Código Tributário Municipal; - Contribuição de Melhoria; - Formação de Preços Taxas de Poder de Polícia; - Formação de Preços Taxas de Serviços Públicos. 	X X	X X	
<ul style="list-style-type: none"> • Redação de Minutas de Projetos de Lei. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redação de Minutas de Projetos de Lei relativos a temas como: Cancelamento e Baixa de Dívida Ativa Tributária; Sistema de Iluminação Pública; Sistema de Tributação Simples Municipal; Tributação de Pequenas e Micro Empresas; entre outros. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de estudo de viabilidade econômico-financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de estudo de viabilidade econômico-financeira de Terminal Rodoviário. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Identificação de capacidade de endividamento dos municípios.

Ação:

Análise das condições econômico-financeiras dos municípios, visando estabelecer suas capacidades individuais de financiamento, com observância aos dispositivos legais vigentes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Pré-análise de documentação a ser encaminhada para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente a solicitações para contratação de operações de crédito pelos municípios junto às instituições do sistema financeiro e análise dos balanços para cálculo dos resultados primários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisadas e encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN documentações para solicitação de contratação de operações de crédito de 112 municípios. • No período foram aprovadas e autorizadas 75 contratações de operação de crédito para 65 municípios. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio, Análise e Assistência Jurídica a Municípios.

Ação:

Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres. 	<ul style="list-style-type: none"> Analisados e emitidos 23 pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais - SFM. Registrada elaboração de 993 pareceres jurídicos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Programa - SAM. 294 Pareceres Gerais 03 Pareceres em licitações institucionais 20 Pareceres em licitações de infra-estrutura. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Prestar orientação às solicitações de esclarecimentos legais formuladas pelos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento a aproximadamente 1.440 consultas jurídicas por parte de municípios e empresas detentoras de contratos de serviços. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:

Elaboração de Editais de Licitação referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM (Programa Paraná Urbano II e Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano).

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infra-estrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborados 34 editais de licitação, conforme modelos, na área de Investimentos em Infra-estrutura Básica Municipal, para fornecimento aos municípios referentes aos seguintes projetos: <ul style="list-style-type: none"> - Apoio Social – 09; - Equipamentos Urbanos – 05; - Serviços Urbanos – 04; - Sistemas Viários Urbanos – 16. 	X X X X		
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de documentos licitatórios na área de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborados 06 editais de licitação, conforme modelos, na área de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional para fornecimento aos municípios, referentes a projetos de Planejamento Urbano. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados à recuperação do litoral paranaense.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Projeto de Recuperação da Orla Marítima do Município de Matinhos, visando a recuperação de danos causados pelo processo erosivo, com o objetivo de promover a melhoria das condições das praias do Paraná. O projeto prevê a recuperação do trecho entre a Praia Brava e o Balneário Flórida, pela execução da recuperação da faixa de praia, por meio de deposição de areia (engordamento); construção de embocadura regularizada no Canal de drenagem do Rio Matinhos, Balneário Albatroz; e construção de três esporões (headlands) na faixa que será recuperada. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório, contratação de serviços especializados para a elaboração de projetos específicos, acompanhamento de execução e análise para recebimento dos estudos e projetos contratados, sendo eles: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA; - Execução de Caracterização e Cubagem de Jazidas de Areia para alimentação artificial (engorda) das praias com problemas de erosão (localizadas entre a Av. Paraná e o Balneário Flórida); - Execução de levantamento de Perfis das Praias (para apoio ao projeto de caracterização e cubagem de jazidas de areia para alimentação artificial) e Modelagem Computacional de Evolução da Praia de Matinhos após a recuperação da orla. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados à recuperação do litoral paranaense.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e supervisão da execução de obras e recebimento de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estrutura e urbanização do Município de Antonina: <ul style="list-style-type: none"> - Execução de obras de pavimentação de vias urbanas em sete bairros; - Recuperação do pavimento no entorno da Estação Ferroviária; - Construção de proteção (tipo balaustrada) na orla marítima; - Elaboração dos projetos (arquitetônico e complementares) e execução da obra do Mercado do Peixe; - Modernização do trapiche municipal do píer central, em conjunto com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; e - Revitalização de pintura de fachadas do casario do Centro Histórico de Antonina, em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC; Infra-estrutura do Município de Matinhos: <ul style="list-style-type: none"> - Execução de obras de restabelecimento do pavimento de diversas vias urbanas. 	X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Termo de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços especializados para elaboração de projetos específicos. • Análise e recebimento dos projetos contratados e processamento da documentação relativa ao pagamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Parques Urbanos Municipais:</i> Projeto Padrão de Equipamentos e projeto de implantação de parques dentro do Programa de Parques Urbanos Municipais. - <i>Centros Esportivos para Portadores de Necessidades Especiais:</i> Projetos de Implantação dos Centros Esportivos de Necessidades Especiais nos municípios de Araucária, Cascavel, Irati e Maringá. - <i>Depósito para Pescadores em Pontal do Paraná:</i> Projeto de Arquitetura e Complementares. 		X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar análise e aprovação de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais - SFM, relativos às diversas áreas de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Analisados e aprovados 48 novos projetos referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. O critério adotado para quantificar os projetos considera que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. Desenvolvimento do Setor Municipal <ul style="list-style-type: none"> - <i>Planejamento Urbano:</i> Plano Diretor Municipal - PDM – 06 Infraestrutura Básica Municipal <ul style="list-style-type: none"> - <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 19 Viaduto – 01 	X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar análise e aprovação de projetos (e respectivas alterações) realizados com recursos do Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM, relativos a convênios firmados com municípios nos anos de 2002 a 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> Analisado e aprovado 01 projeto referentes ao Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM. O critério adotado para quantificar os projetos considera que cada convênio firmado corresponde a um projeto distinto. - Capela Mortuária (conclusão) – 01 Analisados e aprovados tecnicamente 03 solicitações encaminhadas pelos municípios referentes a alterações de projetos. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar análise, acompanhamento e medições de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuada supervisão e elaborada planilha de medição de 366 ações/obras referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto. Desenvolvimento do Setor Municipal <ul style="list-style-type: none"> - <i>Planejamento Urbano:</i> Plano Diretor Municipal - PDM – 63 Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal - PDUOS – 01 Infra-estrutura Básica Municipal <ul style="list-style-type: none"> - <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 140 Viaduto - 01 Ponte - 03 Urbanização / Calçadas – 12 	X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<p>- <i>Apoio Social:</i> Escola Municipal – 18 Escola Profissionalizante – 02 Unidade de Apoio Escolar - 01 Creche – 17 Centro de Atendimento à Infância e à Adolescência - 01 Centro Comunitário – 04 Equipamentos para Centro Cultural – 04 Centro de Convivência de Idosos - 01 Posto de Saúde – 10 Equipamentos para Hospital – 03</p> <p>- <i>Serviços Urbanos:</i> Iluminação Pública – 01</p>	<p>X X X X X X X X X X X X</p>		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar acompanhamento e medições de projetos realizados com recursos do Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM, relativos a convênios firmados com municípios nos anos de 2002 a 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuada vistoria e elaborada planilha de medição de 10 projetos referentes Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada convênio corresponde a um projeto distinto. Convênios firmados em 2002 Pavimentação de Vias Urbanas – 01 Reforma de Hospital – 01 Convênio firmado em 2003 Execução de Infra estrutura Urbana – 01 Convênio firmado em 2006 Reforma e Cobertura da Rodoviária Municipal – 01 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios firmados em 2008 Elaboração de Projetos de um Mini-hospital – 01 Reforma de Quadra de Esportes – 01 Reforma e melhoria de Praça Municipal – 01 Execução de obras de recuperação para combate à erosão e controle de cheias na área urbana – 01 Pavimentação de vias urbanas e complementação da rede de galerias pluviais – 01 • Convênio firmado em 2009 Conclusão de Capela Mortuária – 01 • No Sistema de Acompanhamento de Projetos Especiais – SACE foram inseridas 16 medições. • Com estas medições foram encerrados 06 convênios. • Foram encaminhadas à Assessoria Jurídica / SEDU 06 solicitações para redução de meta-física de convênios. 	X X X X X X X X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Acompanhamento das fases de aplicação dos recursos financiados pelo PARANACIDADE.

Ação:

Realização das medições físicas de projetos financiados e solicitação para liberação de recursos financeiros.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/09 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar medições das várias fases de projetos, obras, bens, máquinas e equipamentos, processar e solicitar os pedidos de liberação de pagamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Foram realizadas 1.648 medições, relativas aos projetos elencados previamente, conforme registrado no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. Processados 1.953 solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VIII - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

VI - Parecer da Auditoria Externa

Nota:

O PARANACIDADE nos termos do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, disponibilizará, para conhecimento público, os seus balancetes, balanços e demais documentos comprobatórios da exatidão e do correto cumprimento de sua missão, compromissos e objetivos.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

• DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS PARANACIDADE

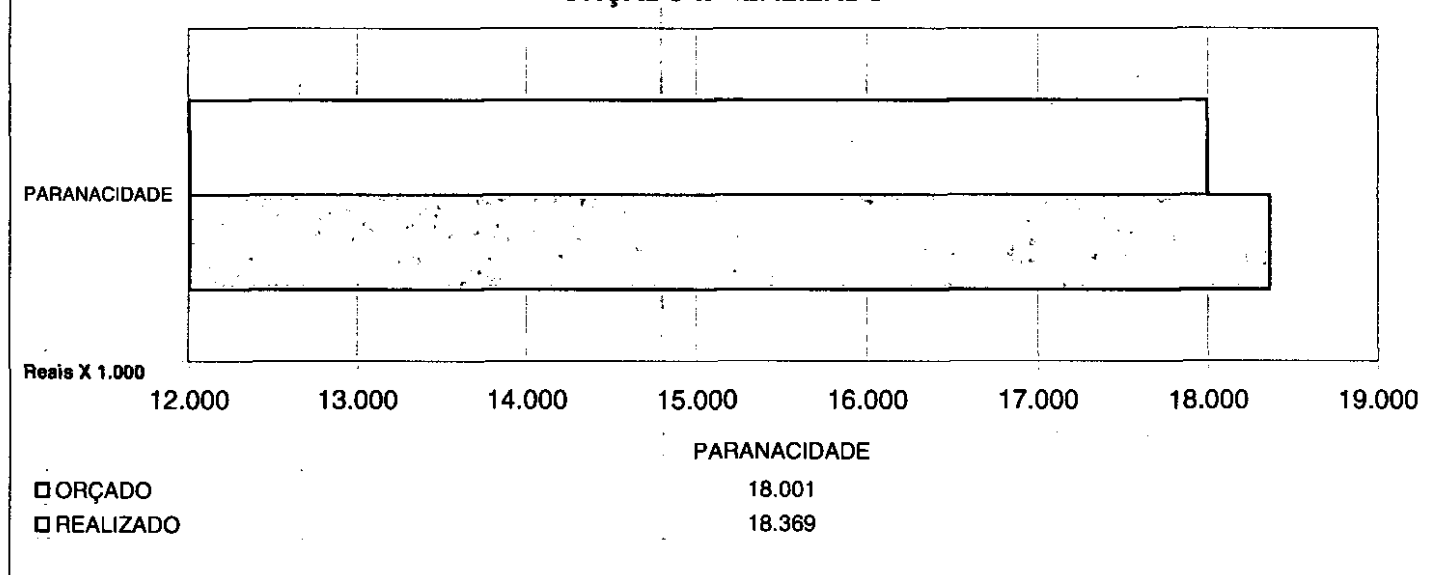
COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2009

ORÇADO x REALIZADO

R\$ 1,00					
DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	6.853.632	7.148.489	(294.857)	104,30
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	-	10.000.000	10.000.000	-	100,00
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades	-	130.541	130.541	-	100,00
- TERMO COOPERAÇÃO TÉCNICA / Agência de Fomento - PROMAP	-	383.626	441.200	(57.574)	115,01
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	632.724	648.980	(16.256)	102,57
TOTAL		(*) 18.000.523	18.369.210	(368.687)	102,05

(*) Aprovado na 113ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

ORÇADO x REALIZADO



R\$ 1,00

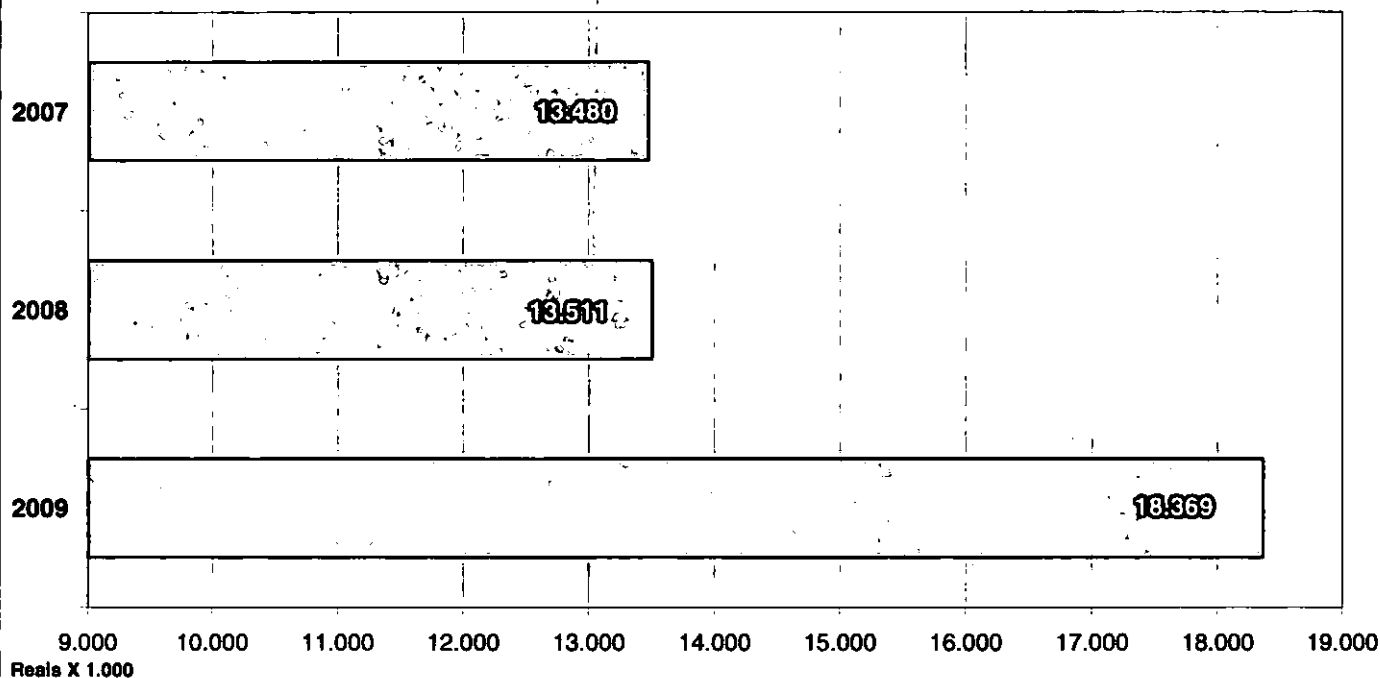
DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2009	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios SESA e SEEC)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	10.819.510	389.291
TOTAL	10.819.510	389.291

COMPARATIVO DAS RECEITAS
EXERCÍCIOS 2007 - 2008 - 2009

R\$ 1.00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2007	2008	(*) 2009	VARIACÃO %	
					2008 x 2007	2009 x 2008
PARANACIDADE						
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	11.717.844	10.659.374	7.148.489	(9,03)	(32,94)
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	-	537.252	1.686.000	10.000.000	213,82	493,12
- COOPERAÇÕES TÉCNICAS / AFPR (Promap) e BRDE (Provias)	-	305.437	566.560	441.200	85,49	(22,13)
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades	-	100.116	11.297	130.541	(88,72)	1.055,54
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	819.086	587.354	648.980	(28,29)	10,49
TOTAL		13.479.735	13.510.585	18.369.210	0,23	35,96

Total de Entradas de Recursos: 2007 x 2008 x 2009



Evolução das Entradas de Recursos: 2008 x 2007 = 0,23%
 2009 x 2008 = 35,96%

(*) A partir de 2009 houve mudança no critério de acompanhamento do orçamento, antes regime de caixa agora regime de competência.

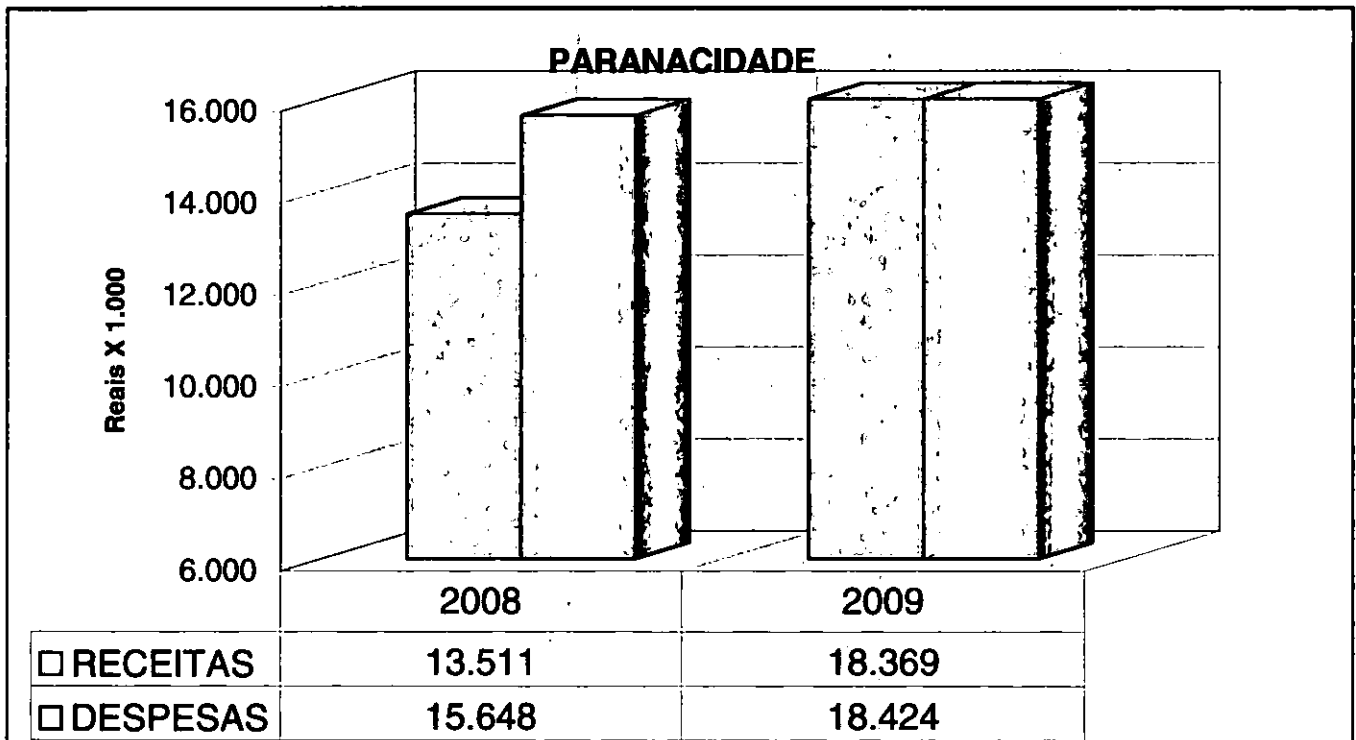
COMPARATIVO RECEITAS X DESPESAS

REALIZADO em 2008 e 2009

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIÇÃO % (2008 x 2007)
	2008	2009	
RECEITAS	13.510.585	18.369.210	35,96
DESPESAS	15.647.828	18.424.214	17,74
DIFERENÇA (Receita - Despesa)	(a) (2.137.243)	(a) (55.004)	(97,43)

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2008	31/12/2009
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	13.110.238	11.208.801
TOTAL	13.110.238	11.208.801

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2009

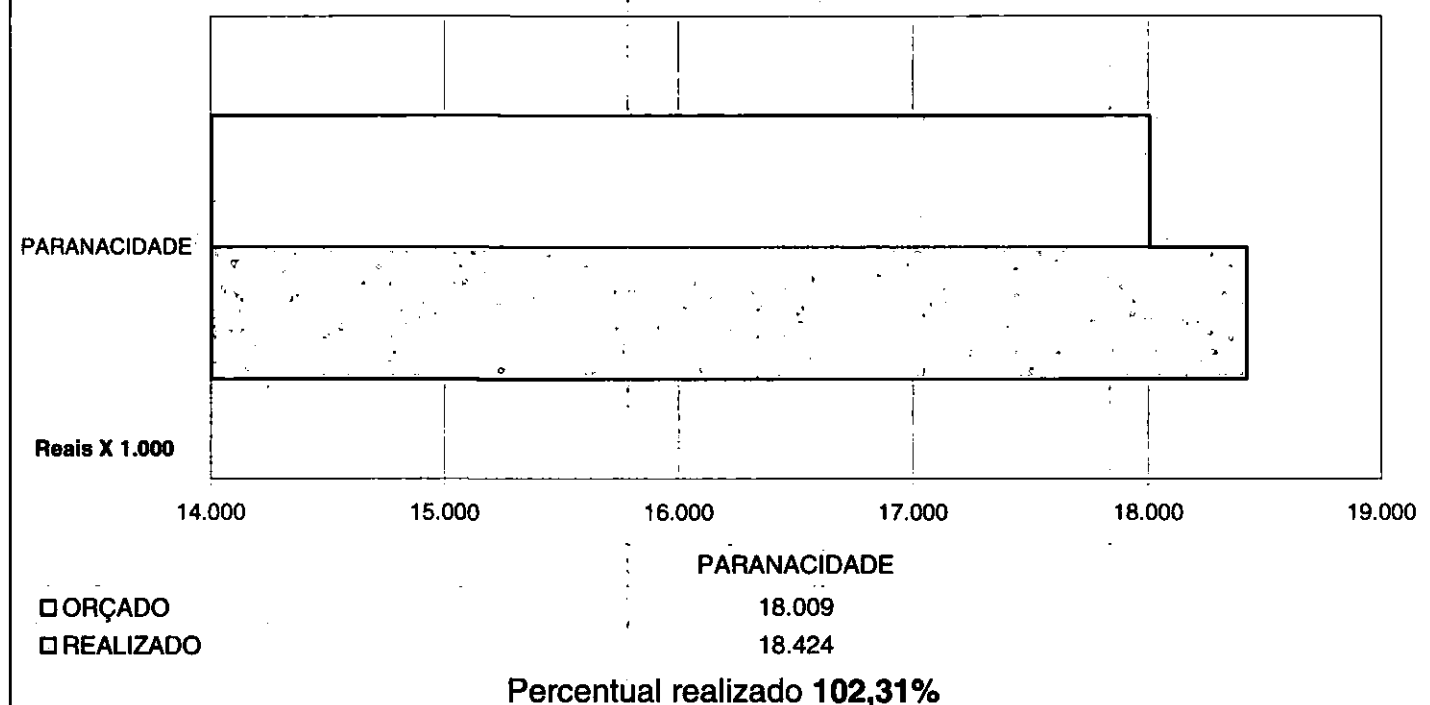
R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	14.206.033	14.211.745	(5.712)	100,04
	Custeio	2.701.671	3.099.711	(398.040)	114,73
	Impostos/Taxas/Contribuições	280.989	277.665	3.324	98,82
	Impostos AFPR S/A	820.220	835.093	(14.873)	101,81
TOTAL - PARANACIDADE		(*) 18.008.912	18.424.214	(415.302)	102,31

(*) Aprovado na 113ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO

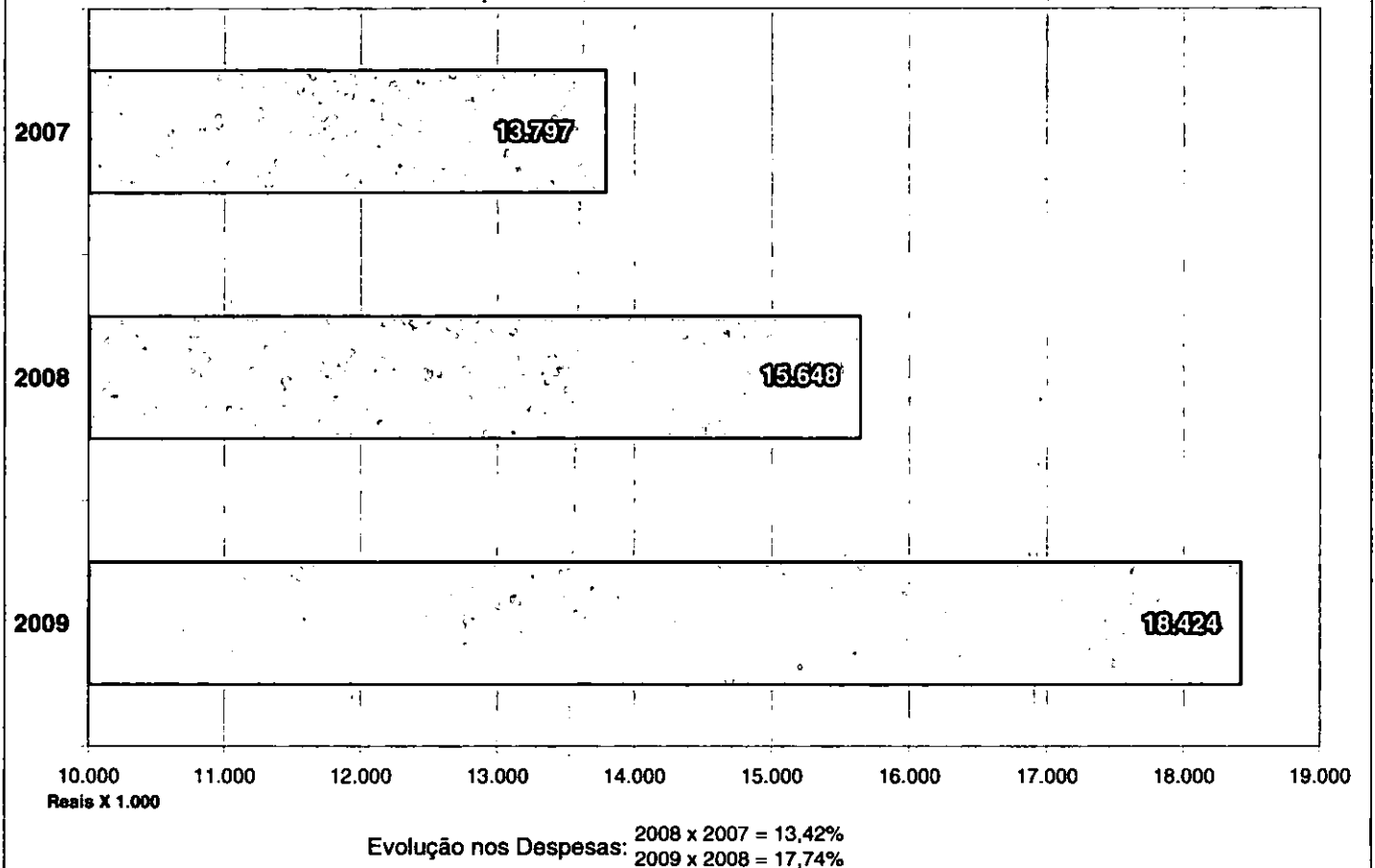


COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS 2007 - 2008 - 2009

R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES	Valores Nominais			Variação %		
	2007	2008	(*) 2009	2008 X 2007	2009 X 2008	
PARANACIDADE						
MANUTENÇÃO	Pessoal	9.353.090	11.684.261	14.211.745	24,92	21,63
	Custeio	2.420.756	2.877.551	3.099.711	18,87	7,72
	Investimento	1.018.946	546.769	-	(46,34)	(100,00)
	Impostos/Taxas/Contribuições	-	-	277.665	-	100,00
	Impostos AFPR S/A	-	-	835.093	-	100,00
SUBTOTAL	12.792.793	15.108.581	18.424.214	18,10	21,95	
ACORDOS / CONVÊNIOS	Convênio FEMUPAR	1.003.984	539.246	-	(46,29)	(100,00)
SUBTOTAL	1.003.984	539.246	-	100,00	(100,00)	
TOTAL - PARANACIDADE	13.796.776	15.647.828	18.424.214	13,42	17,74	

Despesas Realizadas: 2007 x 2008 x 2009



(*) A partir de 2009 houve mudança no critério de acompanhamento do orçamento, antes regime de caixa agora regime de competência.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

• DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU

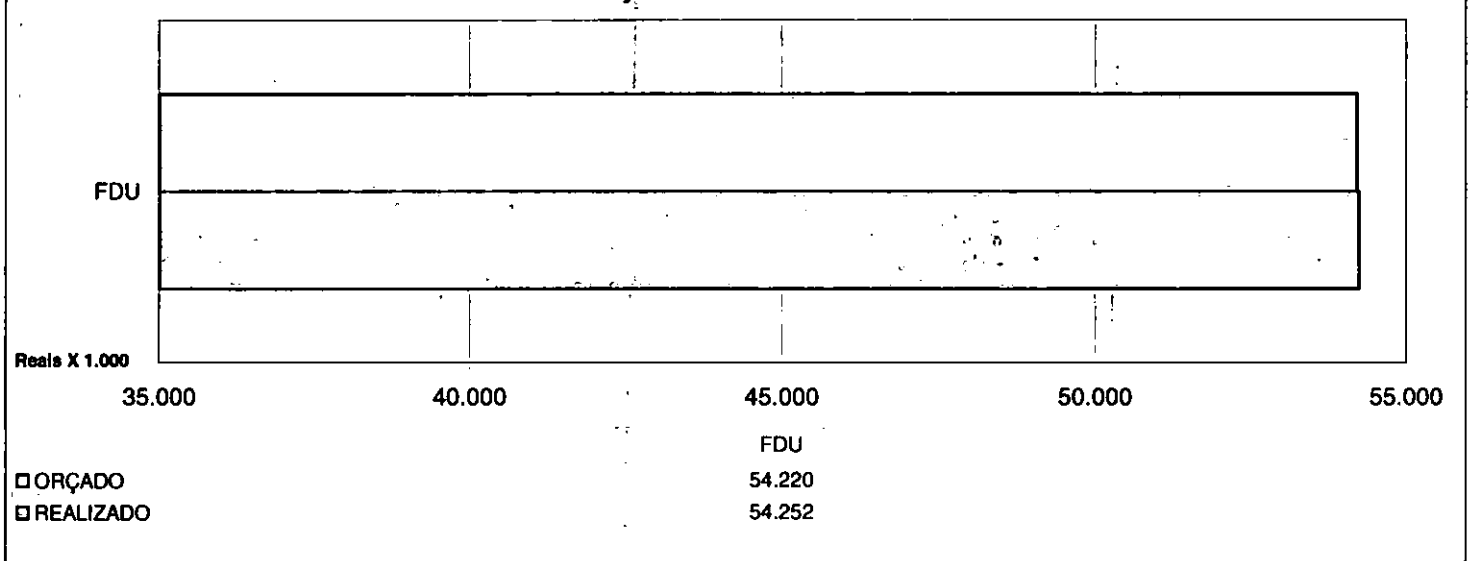
COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2009

ORÇADO X REALIZADO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	RS 1.00
					REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU					
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	29.070.154	29.024.885	45.269	99,84
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	25.149.589	25.227.368	-77.779	100,31
TOTAL		54.219.743	54.252.254	-32.511	100,08

(*) Aprovado na 113ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO

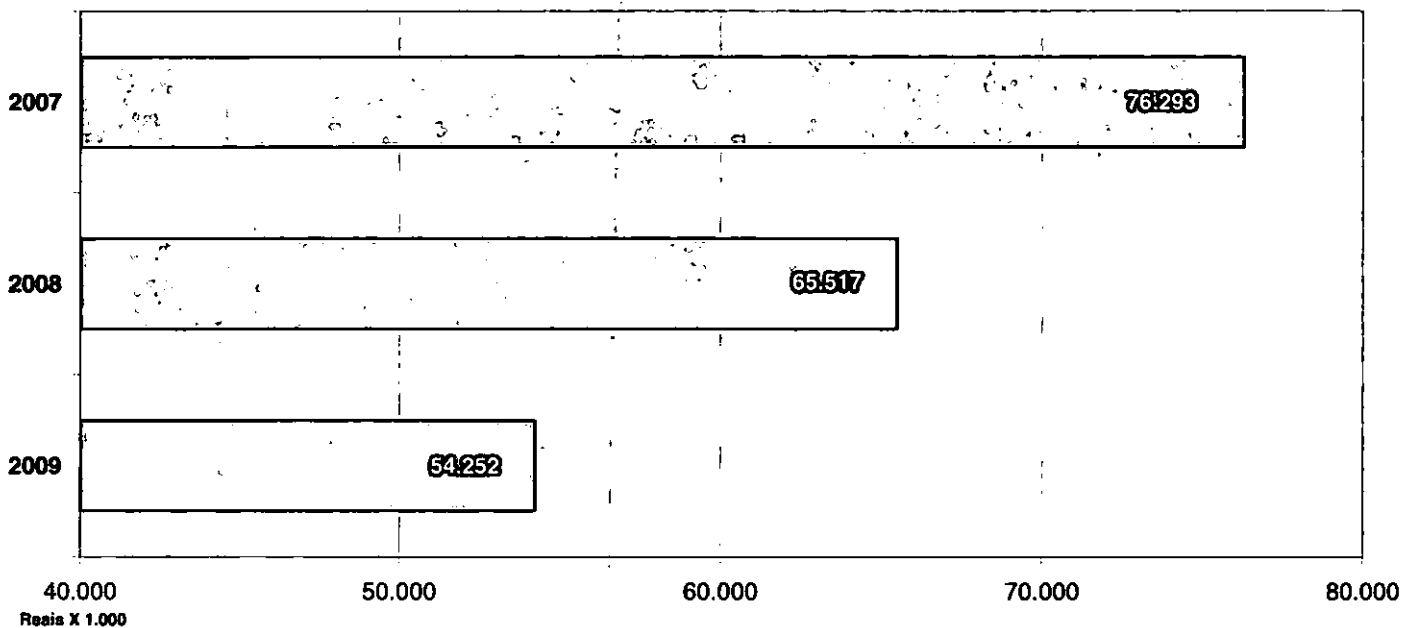


DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2009
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	286.001.301
RECURSOS A RECEBER	
⇒ CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
- Programa Paraná Urbano - PPU	54.819
- Programa Paraná Urbano II - PPU II - Sanepar e Cohapar	41.352.131
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU Puro	1.095.296
TOTAL	328.503.547

**COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS
 EXERCÍCIOS 2007 - 2008 - 2009**

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2007	2008	2009	R\$ 1,00 VARIACÃO	
					%	
					2008 x 2007	2009 x 2008
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- Empréstimo / Operação de Crédito externo vinculado ao Programa Paraná Urbano II - BID	37	-	-	-	-	-
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	49.915.051	37.854.298	29.024.885	-24,16	-23,32
- Convênio Exterior / Transporte Urbano / Doação BID	33	454.895	-	-	-100,00	-
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	25.923.435	27.662.768	25.227.368	6,71	-8,80
TOTAL		76.293.380	65.517.066	54.252.254	-14,12	-17,19

Total de Entradas de Recursos: 2007 x 2008 x 2009

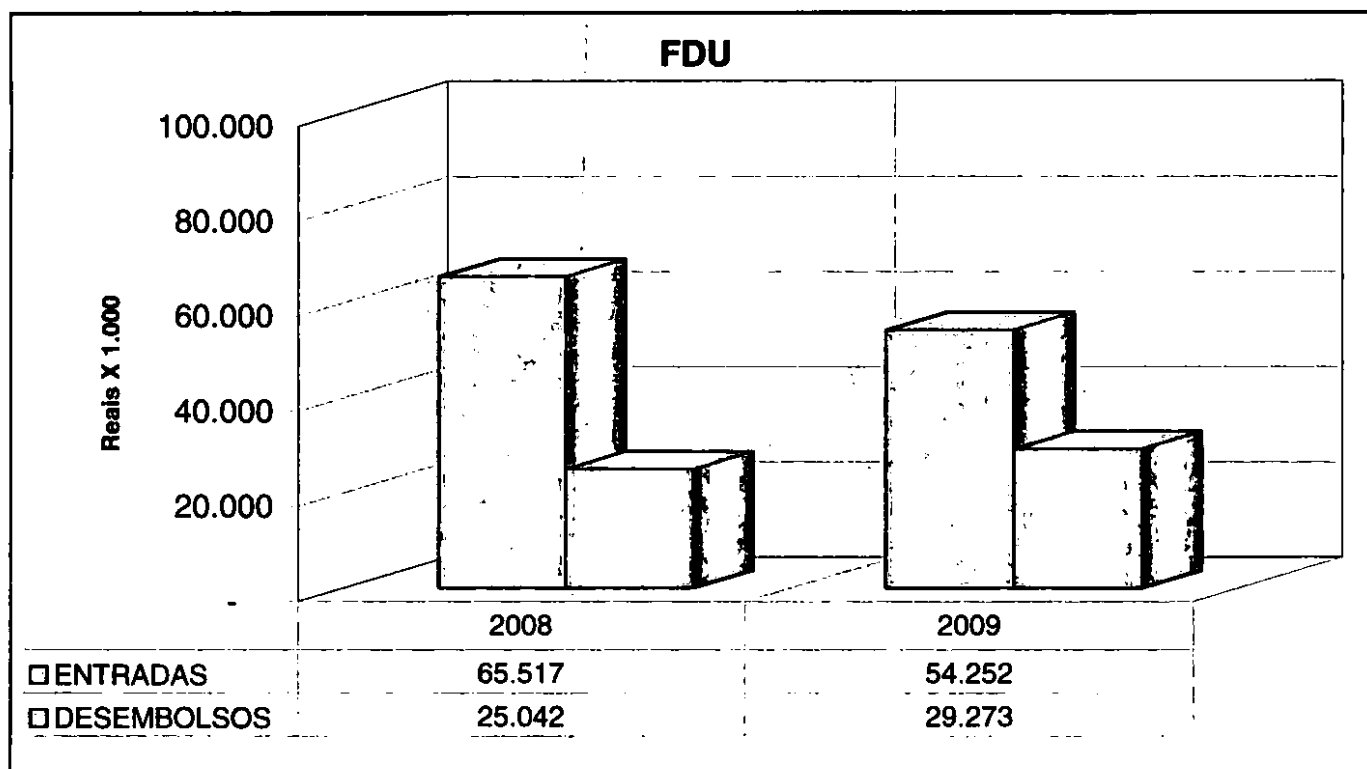


Evolução das Entradas de Recursos: 2008 x 2007 = - 14,12%
 2009 x 2008 = - 17,19%

COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS
REALIZADOS em 2008 e 2009

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIÇÃO % (2009 x 2008)
	2008	2009	
ENTRADAS	65.517.066	54.252.254	-17,19
DESEMBOLSOS	25.042.347	29.272.601	16,89
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	40.474.719	24.979.653	-38,28



R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2008	31/12/2009
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	264.838.946	286.001.301
TOTAL	264.838.946	286.001.301

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2009

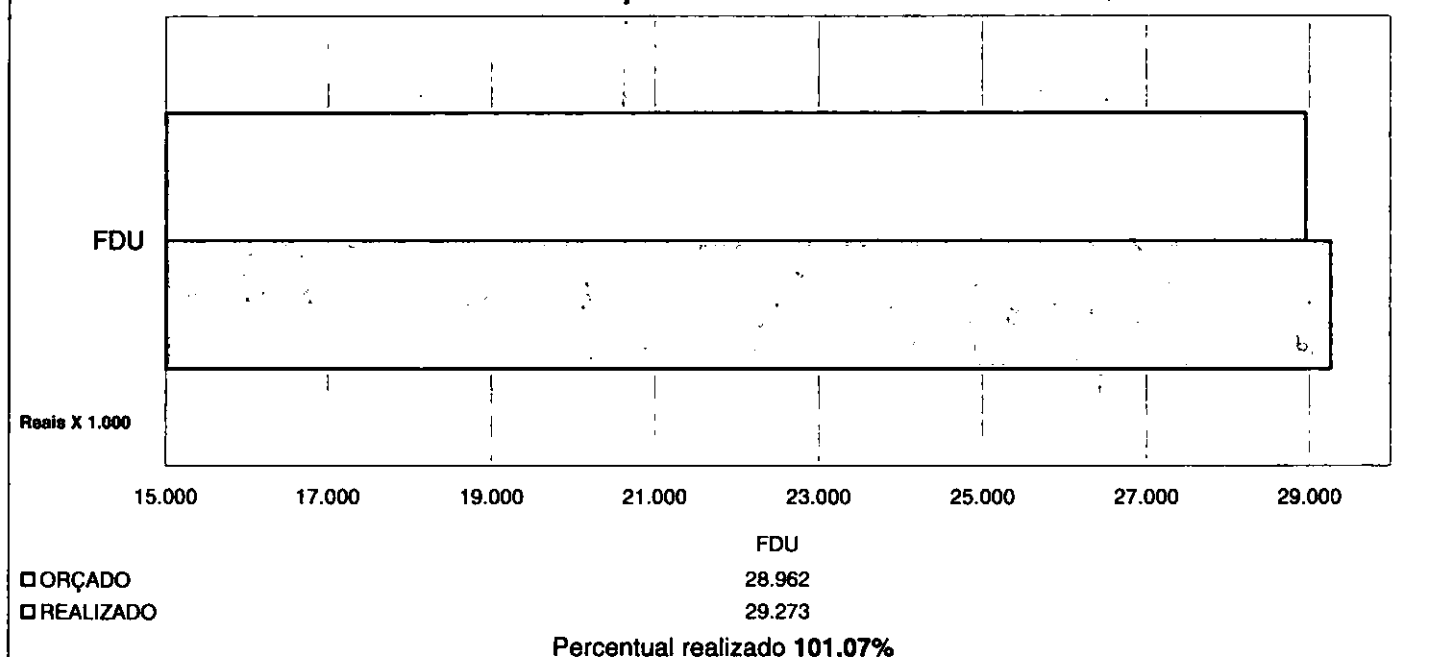
R\$ 1.00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %	
PROJETOS	FDU	Sanepar	1.104.748	1.131.283	-26.535	102,40
		Valorização Cultural	218.195	122.195	96.000	56,00
		PPU II				
		Melhoria de Bairros Subnormais (Urbanização de Favelas)				
		SUBTOTAL	1.322.943	1.253.478	69.465	94,75
		Ações de Apoio a Execução do PPU II	451.568	359.551	92.017	79,62
		Elaboração de Ortocarta-Imagem, Mapa de Uso e Ocupação do Solo e atualização das cartas topográficas digitais existentes no Estado do Paraná				
		SUBTOTAL	451.568	359.551	92.017	79,62
		PAGAMENTO EMPRÉSTIMO BID / PPU II	9.297.743	9.297.743	-	100,00
		Tarifas Bancárias	240	253		
		Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	10.000.000	10.000.000		100,00
		Renda Líquida = Quadras Cobertas / Posto de Bombeiro Comunitário / Biblioteca Cidadã / Drenagem Piraçura / Planos Diretores e Outros Desembolsos	4.283.152	4.976.083	-692.931	116,18
Renda Líquida = Atendimento Social - Município Baixo ID	147.360	197.360	(50.000)	133,93		
Renda Líquida = Revitalização da Orla Marítima	3.458.671	3.188.133	270.538	92,18		
SUBTOTAL	27.187.167	27.659.572	(472.405)	101,74		
TOTAL - FDU	(*) 28.961.677	29.272.601	(310.923)	101,07		

(*) Aprovado na 113ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



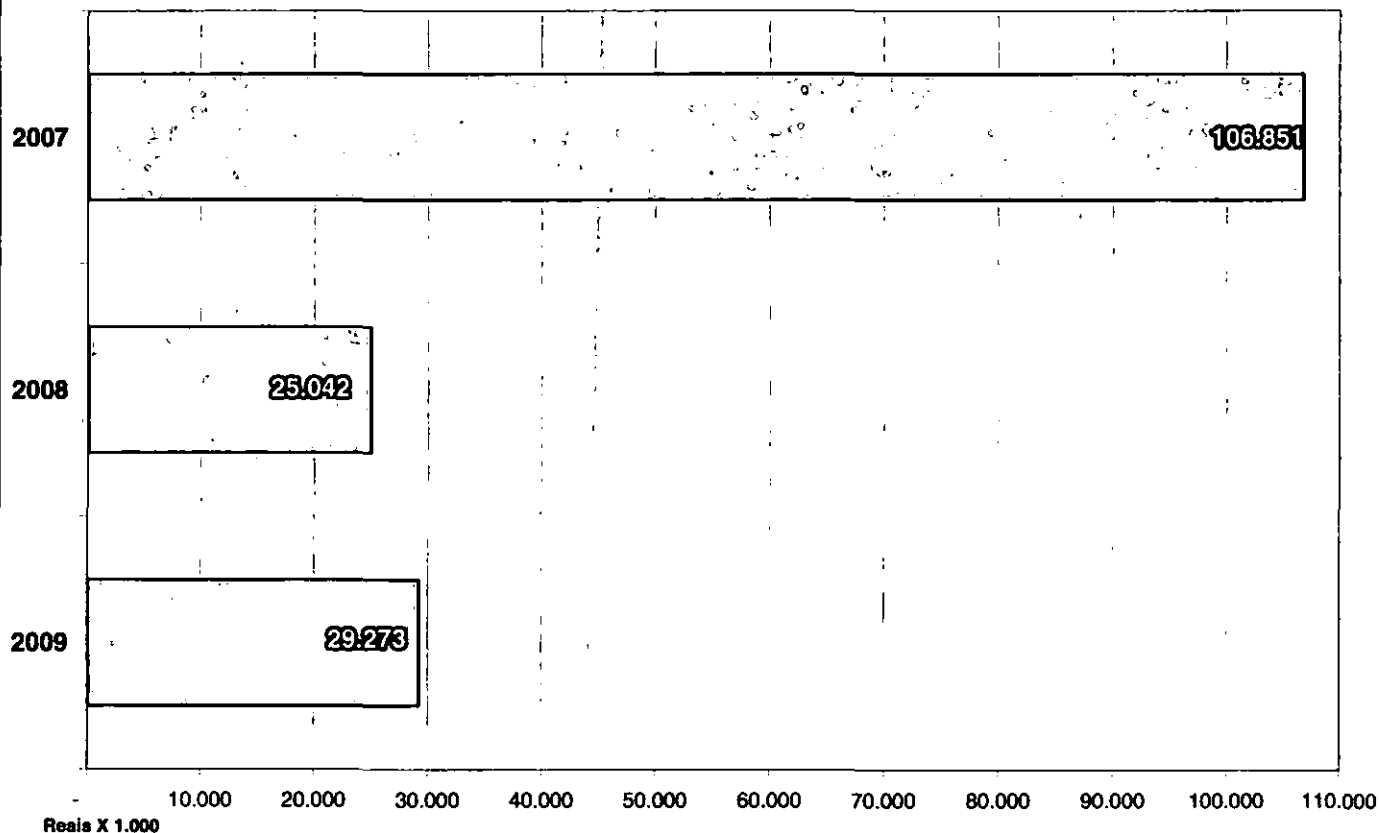
COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2007 - 2008 - 2009

RS\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	Valores Nominais			Variação %	
	2007	2008	2009	2008 X 2007	
				2009 X 2008	
Sanepar	3.438.778	672.555	1.131.283	-80,44	68,21
Ações de Apoio - PPU II	496.605	768.703	359.551	54,79	-53,23
Agência de Fomento (Municípios)	50.000.000	-	-	-100,00	-
Valorização Cultural	874.925	15.709	122.195	-98,20	677,86
Revitalização Orla Marítima	-	959.756	3.188.133	100,00	232,18
Transporte Urbano	104.001	-	-	-100,00	-
Contrato de Gestão - Paranacidade	537.252	1.686.000	10.000.000	213,82	493,12
Melhoria de Bairros Subnormais	5.996.503	514.846	-	-91,41	-100,00
Outros Desembolsos	35.573.543	12.466.033	5.173.695	-64,96	-58,50
Pagamento Empréstimo BID	9.829.686	7.958.746	9.297.743	-19,03	16,82
TOTAL - FDU	106.851.294	25.042.347	29.272.601	-76,56	16,89

Desembolsos Realizados: 2007 x 2008 x 2009



Evolução nos Desembolsos: 2008 x 2007 = -76,56%
 2009 x 2008 = 16,89%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

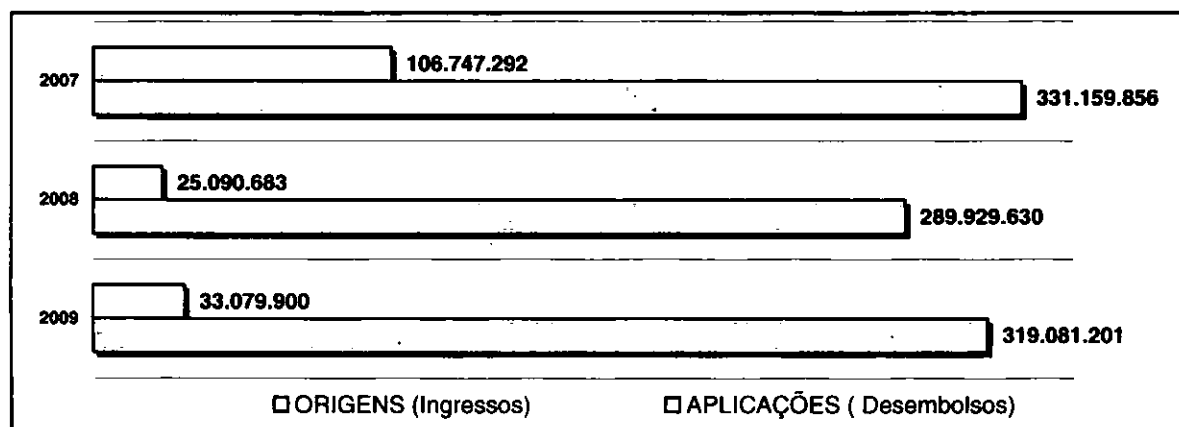
- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS
FLUXOS DE CAIXA**

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2009 X 2008 X 2007

Em R\$ 1,00

CONTAS FDU			
AÇÕES OPERACIONAIS	2009	2008	2007
ORIGENS (Ingressos)	319.081.201	289.929.630	331.159.856
Saldo ano anterior	264.838.947	224.412.564	254.954.632
Retorno do PPU	349.175	4.958.873	13.449.994
Retorno do FDU	9.958.777	14.636.585	19.436.258
Retorno do PPU II / SFM	18.716.934	18.258.840	17.028.799
Rendas de aplicações financeiras	25.211.968	27.629.742	25.923.421
Cooperação Técnica - Fundo Japonês	-	-	350.894
Outras Receitas	5.400	33.026	-
Caução de garantia	-	-	15.858
APLICAÇÕES (Desembolsos)	33.079.900	25.090.683	106.747.292
Integralização Capital Agência Fomento	-	-	50.000.000
Quadras cobertas / Postos Bombeiros	2.002.030	10.991.535	35.573.543
Escolas / Centro Cultural	1.950.312	-	-
Encargos e amortização empréstimo BID	9.297.775	7.958.746	9.829.686
Municípios com baixo IDH	311.808	-	-
Sanepar	1.131.283	672.555	3.438.778
Urbanização de favelas	-	514.846	5.996.503
Programa de Valorização Cultural	122.195	15.709	874.925
Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	13.900.000	1.686.000	537.252
Ortocarta - imagem	297.554	768.703	496.605
Revitalização orla marítima	706.092	1.015.508	-
Pavimentação Antonina e Matinhos	1.908.785	1.418.745	-
APPA	472.304	-	-
Recuperação Ambiental-Piraquara	915.333	-	-
Parques Municipais	24.640	-	-
Mercado do Peixe	39.506	-	-
Outras Despesas	283	-	-
Caução de garantia	-	48.336	-
SALDO	286.001.301	264.838.947	224.412.564

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008					
Em R\$ mil					
ATIVO			PASSIVO		
	2009	2008		2009	2008
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	14.385	17.505	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.400	8.917
Caixa e Bancos	189	32	Fornecedores (nota 9)	3.063	524
Aplicações financeiras (nota 4)	11.019	13.078	Salários e Encargos Sociais	390	363
Contrato Gestão - FDU (nota 5)	-	3.900	Obrigações Sociais e Fiscais	240	123
Contas a Receber AFPR S/A	271	170	Provisão para Férias e Encargos	1.492	1.237
ISS s/faturas AFPR S/A			Convênio de Cooperação Técnica (nota 9)		6.613
Prof. Municipal Piraquara	51	18	Outras contas a pagar	214	57
Almoxarifado	50	130			
Adiantam. a empregados	107	97			
Convênio de Cooperação Técnica (nota 9)	2.599				
Outros créditos	99	80			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.751	2.190	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	135	135
PERMANENTE	1.751	2.190	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	135	135
Imobilizado (nota 7)	1.600	1.999	Provisão para contingências (nota 9)	135	135
Intangível - (nota 8)	151	191			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)	10.602	10.643
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits Acumulados	6.036	6.077
TOTAL DO ATIVO	16.136	19.695	TOTAL DO PASSIVO	16.136	19.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF: 000.299.809-25



Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30

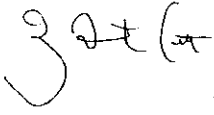
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE


DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

	Em R\$ mil		
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.990	11.556
Déficit do exercício		(913)	(913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	4.566	6.077	10.643
Déficit do exercício		(41)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	4.566	6.036	10.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


 Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF 000.299.809-25


 Eliane Lucachinski
 Contadora CRC-PR 053852/O-2
 CPF 005.344.239-30

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	Em R\$ mil	
	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS	18.383	18.639
Contrato de Gestão (nota 1.a)	10.000	3.900
Receitas de Ato Conjunto (nota explicativa 1.b)	7.590	14.048
Receitas Financeiras	627	579
Receitas Cooperação técnica	130	37
Outras Receitas	36	75
DESPESAS OPERACIONAIS	(18.424)	(19.552)
Despesas com Pessoal (nota 12)	(14.212)	(11.873)
Despesas Gerais (nota 13)	(1.590)	(2.167)
Utilidades e Serviços Contratados (nota 14)	(1.508)	(1.589)
Despesas Tributárias	(1.114)	(3.923)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(41)	(913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25



Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30



PARANACIDADE

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	Em R\$ mil	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(41)	(913)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	487	461
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de Gestão	3.900	(2.214)
Contas a receber - AFPR	(101)	233
ISS s/faturas - AFPR		562
Prefeitura Municipal de Piraquara	(33)	16
Estoques	80	(20)
Adiantamento a empregados	(10)	(7)
Outros créditos	(19)	(52)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	2.539	67
Salários e encargos sociais	27	64
Obrigações sociais e fiscais	117	(75)
Provisão de férias e encargos	255	188
Provisão para contingências	-	52
Outras contas a pagar	157	19
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	<u>7.358</u>	<u>(1.619)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	<u>(48)</u>	<u>(411)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(48)</u>	<u>(411)</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(9.212)	3.081
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades de financiamento	<u>(9.212)</u>	<u>3.081</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(1.903)</u>	<u>1.051</u>
No início do exercício	13.110	12.059
No final do exercício	<u>11.208</u>	<u>13.110</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, que revogou a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

- I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;
 - II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
 - III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;
 - IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
 - V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;
 - VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
 - VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
 - VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;
 - IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
 - X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
 - XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.
- a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996.

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a administração decidir por apropriar-se de de 8% das liberações à Sanepar e esse procedimento foi estendido também a Cohapar, no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2009 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R\$ 10.000 (R\$ 3.900 em 2008) a título do Contrato de Gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, com previsão de recebimento durante o exercício de 2009.

- b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2009, a Entidade recebeu R\$ 6.303 (R\$ 10.659 em 2008) por conta desse Ato Conjunto, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

- c) Termo Cooperação Técnico Operacional - o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2009 foi recebido o montante de R\$ 351 (R\$ 567 em 2008), por conta desse Termo, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, , 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

- d) Termo Cooperação Técnico - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos, diretamente destinados à realização de obras de infra-estrutura e serviços de limpeza urbana dos municípios paranaense – PROVIAS, com recursos originários do sistema BNDES/FINAME.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Contrato é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente liberado. Nos exercícios de 2008 e 2009 não houveram geração de receita por conta desse Termo.

- e) Contrato de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2009 a Entidade recebeu R\$ 131 (2008 – R\$ 39) por conta desse Contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. **SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

(a) Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

(b) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

(c) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

(d) Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

(e) Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

(f) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

(g) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

(i) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2009	2008
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Imediato	11.019	13.078
FIF – Fundo de investimento financeiro					

5. **CONTRATO DE GESTÃO - FDU**

No exercício de 2009 o Paranacidade, recebeu como receita o montante de R\$ 10.000 (R\$ 3.900 em 2008) a título do contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida.

6. **CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A**

Descrição	2009	2008
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A	271	170
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	-1.489	-1.489
	271	170

O montante de R\$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de depreciação % a.a.	2009	2008
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	649
Computadores e equipamentos de informática	20	991	1.035
Móveis e utensílios	10	772	763
Veículos	20	1.294	1.403
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	58	58
		4.063	4.207
(-) Depreciação acumulada		<u>(2.462)</u>	<u>(2.208)</u>
		<u>1.601</u>	<u>1.999</u>

8. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa de amortização % a.a.	2009	2008
Softwares	20	480	471
Sistema de telefonia e telemática	20	1.229	1.095
		1.700	1.566
(-) Amortização acumulada		<u>(1.509)</u>	<u>(1.473)</u>
		<u>191</u>	<u>93</u>

Os intangíveis não apresentam indícios de amortização acelerada. Para tanto, os saldos foram submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (impairment test).

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do **PROJETO DO CENTRO DE SAÚDE BÁSICO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À MULHER E A CRIANÇA**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/ISEP	27.000	1.861	-29.918	-460	-1.517

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de **HOSPITAL REGIONAL** no município de **Ponta Grossa**.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/HRPG	19.000	249	-20.079	-85	-915

C) Secretaria de Estado da Cultura, referente ao Convênio nº 002/2007 Centro Cultural de Irati.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SEDU/Paranacidade, a SEPL, a SEEC e o Município de Irati, para construção do Centro Cultural Denise Stocklos.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SEDU	2.888	3	-3057	-1	-167

Os saldos negativos apresentada na movimentação dos convênios, indicam que em 2009 a Entidade assumiu obrigações acima dos valores recebidos dos convênios, totalizando o montante de R\$ 2.099, que foi reclassificado para o ativo circulante com recebimento previsto para início de 2010.

As respectivas obrigações foram registradas na rubrica "fornecedores" que serão liquidadas quando do recebimento dos respectivos repasses.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingência foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com os respectivos processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066 de 21 de dezembro de 2005.

	2009	2008
Processos Trabalhistas	52	154
Processos cíveis	138	36
	190	190
(-) Depósitos judiciais	(55)	(55)
	135	135

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

12. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2009	2008
Salários e Gratificações	7.624	6.402
Encargos sociais	3.492	2.933
Assistência médica e social	351	327
Outras despesas com pessoal	2.745	2.211

	14.212	11.873
--	---------------	---------------

13. DESPESAS GERAIS

Descrição	2009	2008
Depreciações e amortizações	487	461
Acordos e convênios	218	616
Aluguéis	227	239
Material de consumo	150	336
Viagens e representações	218	206
Combustível	185	186
Outras	<u>105</u>	<u>123</u>
	1590	2167

14. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2009	2008
Telefone e fax	188	194
Serviços de informática	172	138
Serviços de engenharia	28	266
Propaganda e publicidade	252	207
Higiene e limpeza	233	232
Feiras e eventos	8	3
Correios	33	38
Manutenção e reparos	51	205
Refeições	6	6
Consultorias	2	4
Auditoria	25	36
Elaboração de projetos	305	90
Outras despesas	<u>205</u>	<u>170</u>
	1.508	1.589

15. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados

A administração tem ciência que existem aspectos controversos e inconclusivos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto,

considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Saldo de mercado
Disponibilidade	189	189
Aplicações financeiras	11.019	11.019
Fornecedores	-3.063	-3.063
Convênio Coop. Técnica	2.599	2.599

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

• Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2009, a Entidade não possuía qualquer contrato de "forward" e/ou "swap" em aberto.



Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

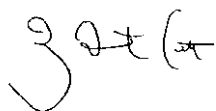


Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008					
			Em R\$ mil		
ATIVO			PASSIVO		
	2009	2008		2009	2008
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	300.430	288.015	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	34.565	32.229
Bancos	-	149	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	34.057	27.900
Aplicações financeiras (nota 4)	286.001	264.690	Fornecedores	463	4.284
Empréstimos e subempréstimos concedidos (nota 5)	14.419	23.148	Outras contas a pagar	45	45
Contas a Receber	10	28			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.380	51.607	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	144.609	200.483
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e subempréstimos (nota 5)	28.082	41.308	Provisões para contingências	217	217
Recursos a receber da Secret. Da Fazenda (nota 6)	10.298	10.298	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	144.392	200.266
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)	159.636	106.909
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	2.397
			Superávits Acumulados	68.805	27.089
			Reserva conforme Decreto 5927-23/12/05	88.434	77.423
TOTAL DO ATIVO	338.810	339.621	TOTAL DO PASSIVO	338.810	339.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



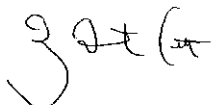
Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25



Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/0-2
CPF 005.344.239-30

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
 (Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008				
	Em R\$ mil			
	RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	RESERVA CONFORME DECRETO 5927/05	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.397	83.679	65.820	151.896
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(11.603)	11.603	
Déficit do exercício		(44.987)		(44.987)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.397	27.089	77.423	106.909
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(11.011)	11.011	
Superávit do exercício		52.727		52.727
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.397	68.805	88.434	159.636



Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF : 000.299.809-25

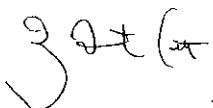



Eliane Lucachinski
 Contadora CRC-PR 053852/O-2
 CPF 005.344.239.-30

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS)		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	2009	Em R\$ mil 2008
RECEITAS OPERACIONAIS	31.151	36.144
Financiamentos Concedidos	5.922	8.416
Rendimentos de aplicações Financeiras	25.212	27.630
Outras Receitas	17	98
DESPESAS OPERACIONAIS	21.576	(81.131)
Despesas Gerais (nota 9)	(8.484)	(12.739)
Administração – Contrato de Gestão	(10.000)	(3.900)
Despesas Financeiras com Empréstimos e Financiamentos	40.419	(64.099)
Serviços Contratados	(359)	(391)
Outras Despesas	0	(2)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	52.727	(44.987)

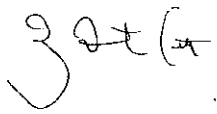
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

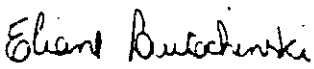

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25


Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008		
	<u>Em R\$ mil</u>	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008
Superávit (déficit) do exercício	52.727	(44.987)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	21.953	28.183
Contas a receber	19	73
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos	(49.718)	56.140
Fornecedores	(3.819)	1.260
Outras contas a pagar	0	(28)
Provisão para contingências	-	(214)
Redução do capital social		
	<hr/>	<hr/>
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	21.162	40.427
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>21.162</u>	<u>40.427</u>
No início do exercício	264.839	224.412
No final do exercício	<u>286.001</u>	<u>264.839</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		


Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25


Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltados ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação do recurso público, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

b) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

c) Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

d) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

e) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

f) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Produto</u>	<u>Taxa mensal de remuneração</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	97.541	99.767
CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	<u>188.460</u>	<u>164.923</u>
				286.001	264.690

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

<u>Programa</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
PPU	TR + 8,85%	55	383
FDU	TR + 8,85%	1.095	10.493
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	<u>41.352</u>	<u>53.580</u>
Totais		<u>42.502</u>	<u>64.456</u>
Ativo circulante		<u>-14.419</u>	<u>-23.148</u>
Realizável a longo prazo		28.083	41.308

TR – Taxa Referencial de Juros

TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo

PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano

FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano

PPU II/SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 04 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2009 será recebido como segue:

	2009	2008
2010	-	18.088
2011	17.127	16.835
2012 à 2014	<u>25.375</u>	<u>29.533</u>
Total	42.502	64.456

6. RECURSOS A RECEBER DA SECR. DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício nº 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficarão sob a responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S/A.

O FDU mantém registrado a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno dos recursos da Agência de Fomento para o Fundo. Tal processo está sendo conduzido pela Administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas visando o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, os recursos derivados das operações de crédito originaram variação cambial ativa, no exercício de 2009, no montante de R\$ 47.704 (em 2008 a variação passiva foi de R\$ 56.670), que se encontra refletida nas Demonstrações Contábeis.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional. A parcela de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para os desembolsos finais do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização iniciou-se em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$ 567.000 (R\$ 567.000 em 2008) de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2009, foram destinados recursos, na forma estabelecida referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31/12/2008, no montante de R\$ 11.011 (R\$ 11.603 em 2008) fonte de recursos FDU/Renda Líquida.

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2009	2008
Rádio e Televisão Educativa do Pr	001/2005/SEDU/PVC	-	-
Cine Império	Convênio nº 03/2003/SEDU/PVC	-	6
Programa de Valorização Cultural		122	9
Decreto 5.927/2005:	Quadras Esportivas	1.904	4.920
	Obras Recuperação Ambiental	915	768
	Escolas / C. Cultural	2.065	3.794
	Bombeiro Comunitário	92	180
	Recuperação Orla Marítima	3.188	2.542
	Município Baixo IDH	197	139
Outras	Biblioteca Cidadã	-	381
		8.483	12.739

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle

consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 478/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Descrição:	Saldo Contábil	Valor de mercado
Aplicações Financeiras	286.001	286.001
Empréstimos e Subempréstimos concedidos	42.502	42.502
Fornecedores	-463	-463
Empréstimos e Financiamentos	-178.449	-178.449
	328.503	328.503

b) Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.2009 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2009 - USD	2008 - USD
Empréstimos e financiamentos	<u>87.805</u>	<u>92.683</u>
Exposição cambial líquida	<u>87.805</u>	<u>92.683</u>

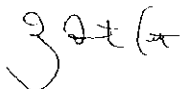
c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

(a) Aplicações financeiras

Os saldos em aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade administradora do Fundo tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2009, o Fundo não possuía qualquer contrato de "forward" e/ou "swap" em aberto.



Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25



Eliane Lucachinski
Contadora CRC-PR 053852/O-2
CPF 005.344.239-30



PARANACIDADE

108

QUADRO DE RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

EXERCÍCIOS DE 2009, 2008 E 2007

DESCRIÇÃO	Em Reais mil			Variação em %	
	2009	2008	2007	2009 x 2008	2008 x 2007
RECEITAS (Financeiras/juros, correções monetárias e variação cambial/outras)	49.518	54.783	52.482	-10	4
DESPESAS (BID/Base Cartográfica/Bombeiros/Quadras/Manutenção/Fdo Perdido/Tributárias)	-3.166	100.684	16.087	-103	526
. Juros e comissões de crédito do Empréstimo BID	7.285	7.429	7.897	-2	-6
. Base Cartográfica, Valorização Cultural, Manutenção, Fdo Perdido (proj.sociais) e Tributárias	-10.451	93.253	8.190	-111	1039
SUPERÁVIT (DÉFICIT)	52.685	-45.901	36.395	115	-226
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital + Superávit(Déficit))	170.238	117.553	163.454	45	-28
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A	-	-	50.000		
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (Contratos antigos)	960	1.187	8.909	-19	-87
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - SALDO A RECEBER (Retorno futuro)	42.502	64.456	92.638	-34	-30
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - RETORNO EFETIVO	29.025	37.830	49.915	-23	-24
EMPRÉSTIMO BID - AMORTIZAÇÃO, ENCARGOS E JUROS PAGOS	9.298	7.959	9.830	17	-19
EMPRÉSTIMO BID - SALDO A PAGAR	163.820	216.600	172.026	-24	26
RECURSOS A RECEBER E RETIDOS JUNTO À SEFA	10.298	10.298	10.298	0	0
	QUOCIENTES				
SITUAÇÃO FINANCEIRA (Liquidez Geral = Ativo Real/Passivo Real)	1,93	1,48	1,89	30	-22
GRAU DE ENDIVIDAMENTO (Capital de terceiros s/próprios = Passivo Real/PL)	1,549	1,479	1,426	5	4
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Rentabilidade = Superávit(Déficit)/PL)	0,448	-0,281	0,286	159	-98,25

Notas:

- . Ativo Real : Ativos circulante + Realizável a longo prazo
- . Passivo Real : Passivos circulante + Exigível a longo prazo
- . PL : Patrimônio Líquido

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Rua Dep.Mário de Barros, 1290-1º andar-CEP 80530.913-Curitiba-Paraná-Fone 41 3350.3300-Fax 41 3353.3300-Caixa Postal 15079.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

• AUDITORIA EXTERNA

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008,
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008*****CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores e Conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba - PR**

- 1 Examinamos o balanço patrimonial do Serviço Social Autônomo Paranacidade levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.**
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.**
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Serviço Autônomo Paranacidade em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas atividades, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**
- 4 Conforme descrito na nota explicativa nº14, a administração entende que, por constituir-se sob a forma de Entidade sem fins lucrativos, está isenta da incidência de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados. Em razão da inexistência de jurisprudência para o tema e a incerteza que o permeia, inclusive quanto a opinião de seus assessores jurídicos, não é possível a mensuração dos eventuais impactos econômicos, financeiros e regulamentares decorrentes destas circunstâncias sobre as demonstrações contábeis de 2009 da Entidade.**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba - PR

- 5 As demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. A apresentação de déficit operacional neste exercício, bem como em exercícios anteriores, decorreu substancialmente da decisão da administração, revisada anualmente, em abdicar do direito de auferir as receitas decorrentes da gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, em opção às receitas relativas aos financiamentos concedidos aos municípios, através da Agência de Fomento do Estado do Paraná, previstas como suficientes nos orçamentos anuais. Contudo, tais receitas não se realizaram nos montantes previstos, gerando a necessidade de revisão desses respectivos orçamentos. No exercício de 2009, a revisão orçamentária previu como insuficiente a realização de receitas do Ato Conjunto, o que levou ao incremento de receitas da gestão do Fundo, em especial sobre os contratos firmados com a Sanepar e Cohapar. No entanto, estas também foram insuficientes ocasionando déficit no exercício. Dessa forma, a caracterização de sustentabilidade do Paranacidade está condicionada à decisão dos seus administradores em utilizar ou não, o direito legal de auferir receitas previstas no Contrato de Gestão, quando as receitas do Ato Conjunto firmado com a Agência de Fomento se demonstrarem insuficientes.
- 6 As demonstrações contábeis apresentadas para fins de comparabilidade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos parecer sem ressalva em 13 de fevereiro de 2009, mas com ênfases semelhantes às apresentadas nos parágrafos 4 e 5 deste, e quanto a adoção inicial das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em 2008, conforme previsto na Norma de Procedimentos Contábeis o NPC nº 12 - "Práticas Contábeis e Correção de Erros". Salientamos que esta ênfase, não se faz necessária em 31 de dezembro de 2009, observado que tal adoção já foi totalmente implementada.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2010.

Marcello Palamartchuk
Sócio - contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

QUADRO 1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	189	32	Fornecedores - (nota 9)	3.063	524
Aplicações financeiras - (nota 4)	11.019	13.078	Salários e encargos sociais	390	363
Contrato de gestão - FDU - (nota 5)		3.900	Obrigações sociais e fiscais	240	123
Contas a receber - Agência de Fomento do Paraná S.A. (nota 6)	271	170	Provisão para férias e encargos	1.492	1.237
Prefeitura Municipal de Piraquara	51	18	Convênio de cooperação técnica - (nota 9)		6.613
Estoques	50	130	Outras contas a pagar	214	57
Adiantamentos a empregados	107	97	Total do passivo circulante	5.399	8.917
Convênio de cooperação técnica - (nota 9)	2.599				
Outros créditos	99	80	NÃO CIRCULANTE		
Total do ativo circulante	14.385	17.505	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
			Provisão para contingências - (nota 10)	135	135
NÃO CIRCULANTE			Total do passivo não circulante	135	135
PERMANENTE					
Imobilizado - (nota 7)	1.600	1.999	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 11)		
Intangível - (nota 8)	151	191	Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
	1.751	2.190	Superávits (déficits) acumulados	6.036	6.077
Total do ativo não circulante	1.751	2.190	Total do patrimônio líquido	10.602	10.643
TOTAL DO ATIVO	16.136	19.695	TOTAL DO PASSIVO	16.136	19.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas do contrato de gestão - (nota 1.a)	10.000	3.900
Receitas de ato conjunto - (nota 1.b)	7.590	14.048
Receitas financeiras	627	579
Receitas cooperação técnica	130	37
Outras receitas	36	75
	<u>18.383</u>	<u>18.639</u>
DESPEAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal - (nota 12)	(14.212)	(11.873)
Despesas gerais - (nota 13)	(1.590)	(2.167)
Utilidades e serviços contratados - (nota 14)	(1.508)	(1.589)
Despesas tributárias	(1.114)	(3.923)
	<u>(18.424)</u>	<u>(19.552)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(41)</u>	<u>(913)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.990	11.556
Déficit do exercício		(913)	(913)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	4.566	6.077	10.643
Déficit do exercício		(41)	(41)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	4.566	6.036	10.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008
Déficit do exercício	(41)	(913)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciações e amortizações	487	461
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	3.900	(2.214)
Contas a receber - AFPR	(101)	233
ISS s/ faturas - AFPR		562
Prefeitura Municipal de Piraquara	(33)	16
Estoques	80	(20)
Adiantamentos a empregados	(10)	(7)
Outros créditos	(19)	(52)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	2.539	67
Salários e encargos sociais	27	64
Obrigações sociais e fiscais	117	(75)
Provisão de férias e encargos	255	188
Provisão para contingências		52
Outras contas a pagar	157	19
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	<u>7.358</u>	<u>(1.619)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(48)	(411)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(48)</u>	<u>(411)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(9.212)	3.081
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades de financiamentos	<u>(9.212)</u>	<u>3.081</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(1.902)</u>	<u>1.051</u>
No início do exercício	13.110	12.059
No final do exercício	<u>11.208</u>	<u>13.110</u>

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, Entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela Entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das Entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e Entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
 - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
 - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.
- a. A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S.A. abaixo do orçado, fez a Administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e este procedimento foi estendido também à Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2009 o Paranacidade, reconheceu como receita o montante de R\$ 10.000 (R\$ 3.900 em 2008) a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, recebido em dezembro de 2009.

- b. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S.A., voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a ser processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2009, a Entidade recebeu R\$ 6.303 (R\$ 10.659 em 2008) por conta desse Ato Conjunto, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços), atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRF- Imposto de renda retido e 4,65% referente a CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal).

- c. Termo Cooperação Técnico Operacional, o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S.A., programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - (PROMAP), a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2009 foi recebido o montante de R\$ 351, (R\$ 567 em 2008), por conta desse Termo, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços), atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRF- Imposto de renda retido e 4,65% referente a CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal).

- d. Termo Cooperação Técnico - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos, diretamente destinados à realização de obras de infra-estruturas e serviços de limpeza urbana dos municípios paranaense - PROVIAS, com recursos originários do sistema BNDES/FINAME.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente liberado. Nos exercício de 2009 e 2008 não houve geração receita, por conta desse Termo.

- e. Contratos de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2009, a Entidade recebeu R\$ 131 (R\$ 39 em 2008), por conta desse Contrato.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

d. Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

e. Passivo circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

f. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

g. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste a valor presente quando aplicável.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Serviço Social Autônomo Paranaidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei n.º 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

i. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Produto	Taxa mensal de		2009	2008
		remuneração	Vencimento		
Banco do Brasil	FIF	96% a 97% do CDI	Imediato	11.019	13.078
				11.019	13.078
				11.019	13.078

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2009, o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R\$ 10.000 mil (R\$ 3.900 mil em 2008) a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, recebido no mesmo período.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

Descrição	2009	2008
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S.A.	271	170
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S.A.	1.489	1.498
(-) Provisão para realização dos créditos AFPR S.A.	(1.489)	(1.498)
	<u>271</u>	<u>170</u>

O montante de R\$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S.A. ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	2009	2008
	% a.a.		
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	649
Computadores e equipamentos de informática	20	992	1.035
Moveis e utensílios	10	771	763
Veículos	20	1.294	1.403
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	58	58
		<u>4.063</u>	<u>4.207</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(2.463)</u>	<u>(2.208)</u>
		<u>1.600</u>	<u>1.999</u>

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	2009	2008
	% a.a.		
Softwares	20	480	471
Sistemas de telefonia e telemática	20	1.229	1.229
		1.709	1.700
(-) Amortização acumulada		(1.558)	(1.509)
		151	191

Os ativos intangíveis não apresentam indícios de amortização acelerada. Para tanto, os saldos foram submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (impairment test).

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de unidade de Saúde, de forma a viabilizar a Implementação do Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Custos		Saldo final
			utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	
SESA / ISEP	27.000	1.861	(29.918)	(460)	(1.517)
	27.000	1.861	(29.918)	(460)	(1.517)

b) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de HOSPITAL REGIONAL no município de Ponta Grossa.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Custos		Saldo final
			utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	
SESA / HRPG	19.000	249	(20.079)	(85)	(915)
	<u>19.000</u>	<u>249</u>	<u>(20.079)</u>	<u>(85)</u>	<u>(915)</u>

c) Secretaria do Estado da Cultura, referente ao Convênio nº 002/2007 Cento Cultural de Irati.

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Custos		Saldo final
			utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	
CENTRO CULTURAL DE IRATI	2.888	3	(3.057)	(1)	(167)
	<u>2.888</u>	<u>3</u>	<u>(3.057)</u>	<u>(1)</u>	<u>(167)</u>

Os saldos negativos apresentados na movimentação dos convênios, indicam que em 2009 a Entidade assumiu obrigações acima dos valores recebidos dos convênios, totalizando o montante de R\$ 2.599, que foi reclassificado para o ativo circulante com recebimento previsto para início de 2010.

As respectivas obrigações foram registradas na rubrica "Fornecedores" que serão liquidadas quando do recebimento dos respectivos repasses.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2009	2008
Processos trabalhistas	52	154
Processos cíveis	138	36
	190	190
(-) Depósitos judiciais	(55)	(55)
	<u>135</u>	<u>135</u>

Foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com os respectivos processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066, de 21 de dezembro de 2005.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da Entidade.

12. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2009	2008
Salários e gratificações	7.624	6.402
Encargos sociais	3.492	2.933
Assistência médica e social	351	327
Outras despesas com pessoal	2.745	2.211
	<u>14.212</u>	<u>11.873</u>

13. DESPESAS GERAIS

Descrição	2009	2008
Depreciações e amortizações	487	461
Acordos e convênios	218	616
Aluguéis	227	239
Material de consumo	150	336
Viagens e representações	218	206
Combustível	185	186
Outras	105	123
	<u>1.590</u>	<u>2.167</u>

14. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2009	2008
Telefone e fax	188	194
Serviços de informática	172	138
Serviços de engenharia	28	266
Propaganda e publicidade	252	207
Higiene e limpeza	233	232
Feiras e eventos	8	3
Correios	33	38
Manutenção e reparos	51	205
Refeições	6	6
Consultorias	2	4
Auditoria	25	36
Elaboração de projetos	305	90
Outras despesas	205	170
	<u>1.508</u>	<u>1.589</u>

15. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma Entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A Administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais, e por este motivo, por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paracidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Disponibilidades	189	189
Aplicações financeiras	11.019	11.019
Convênio de cooperação técnica	2.599	2.599
Fornecedores	(3.063)	(3.063)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

• Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Em 31 de dezembro de 2009, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

* * *

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO
URBANO - FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
E DE 2008, E PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2009 E DE 2008***

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)
Curitiba-PR

- 1 Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seu fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)
Curitiba-PR

- 5 O Fundo foi instituído com o objetivo específico de promover, incentivar e financiar projetos voltados ao desenvolvimento urbano, mediante concessão de financiamentos aos municípios do Estado do Paraná. Entretanto, a Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal) vedou a concessão de operações de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de Fundos, Autarquias, Fundações ou Empresas Estatais independentes. Visando a manutenção das atividades operacionais do Fundo, o Governo do Estado do Paraná vem efetivando as operações de financiamento aos municípios através da Agência do Fomento do Paraná - AFPR, provendo os recursos àquela instituição mediante redução de seu patrimônio junto ao Fundo e capitalização desses recursos junto a respectiva. O impacto destas medidas refletiu na retirada acumulada do FDU de R\$ 567.000 mil até 31 de dezembro de 2009 (R\$ 567.000 mil em 2008). Ademais, conforme nota explicativa 6, a Secretaria de Estado da Fazenda emitiu um Ofício esclarecendo que cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmados em 23 de outubro de 1996. Assim, considerando que não obtivemos documentação que detalhasse o teor do referido documento, e tampouco a resposta de circularização daquela Secretaria, confirmando o montante da dívida com o FDU, não é possível nesse momento estimar eventuais impactos nas demonstrações contábeis do FDU, decorrentes da não realização dos créditos a receber daquela Secretaria.

- 6 As demonstrações contábeis apresentadas para fins de comparabilidade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos parecer sem ressalva em 13 de fevereiro de 2009, mas com ênfase semelhante à apresentada no parágrafo 4 deste, e quanto a adoção inicial das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em 2008, conforme previsto na Norma de Procedimentos Contábeis o NPC nº 12 - "Práticas Contábeis e Correção de Erros". Salientamos que a última ênfase, não se faz necessária em 31 de dezembro de 2009, observado que tal adoção já foi totalmente implementada.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2010.

Marcello Palamartchuk
Sócio - contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

QUADRO 1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008 (reclassificado)	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades		149	Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	34.057	27.900
Aplicações financeiras - (nota 4)	286.001	264.690	Fornecedores	463	4.284
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	14.419	23.148	Outras contas a pagar	45	45
Contas a receber	9	28			
Total do ativo circulante	300.429	288.015	Total do passivo circulante	34.565	32.229
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	28.083	41.308	Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	144.392	200.266
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	10.298	10.298	Provisões para contingências	217	217
	38.381	51.606		144.609	200.483
Total do ativo não circulante	38.381	51.606	Total do passivo não circulante	144.609	200.483
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 8)		
TOTAL DO ATIVO	338.810	339.621	Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	2.397
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23.12.05	88.434	77.423
			Superávits (déficits) acumulados	68.805	27.089
			Total do patrimônio líquido	159.636	106.909
			TOTAL DO PASSIVO	338.810	339.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Operações de financiamentos	5.922	8.416
Rendimentos de aplicações financeiras	25.212	27.630
Outras receitas	17	98
	<u>31.151</u>	<u>36.144</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 9)	(8.483)	(12.739)
Administração - contrato de gestão	(10.000)	(3.900)
Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos	40.419	(64.099)
Serviços de terceiros	(359)	(391)
Outras despesas	(1)	(2)
	<u>21.576</u>	<u>(81.131)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u><u>52.727</u></u>	<u><u>(44.987)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Operações de financiamentos	5.922	8.416
Rendimentos de aplicações financeiras	25.212	27.630
Outras receitas	17	98
	<u>31.151</u>	<u>36.144</u>
DESPEAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 9)	(8.483)	(12.739)
Administração - contrato de gestão	(10.000)	(3.900)
Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos	40.419	(64.099)
Serviços de terceiros	(359)	(391)
Outras despesas	(1)	(2)
	<u>21.576</u>	<u>(81.131)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u><u>52.727</u></u>	<u><u>(44.987)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Reserva Conforme decreto 5.927	Superávits (déficits) acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.397	65.820	83.679	151.896
Constituição de reserva - Decreto Estadual nº 5.927 de 23.12.05		11.603	(11.603)	
Déficit do exercício			(44.987)	(44.987)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.397	77.423	27.089	106.909
Constituição de reserva - Decreto Estadual nº 5.927 de 23.12.05		11.011	(11.011)	
Superávit do exercício			52.727	52.727
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.397	88.434	68.805	159.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008
Superávit (déficit) do exercício	52.727	(44.987)
Redução dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	21.954	28.182
Contas a receber	18	73
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos	(49.716)	56.140
Fornecedores	(3.821)	1.261
Outras contas a pagar		(28)
Provisão para contingências		(214)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>21.162</u>	<u>40.427</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>21.162</u>	<u>40.427</u>
No início do exercício	264.839	224.412
No final do exercício	<u>286.001</u>	<u>264.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais)**

CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos Estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU - Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU - Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM - Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

b. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

c. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

d. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

e. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2009	2008
Banco do Brasil	FIF	96% a 97% do CDI	Liquidez imediata	97.541	99.767
CEF	FIF	96% a 97% do CDI	Liquidez imediata	188.460	164.923
				<u>286.001</u>	<u>264.690</u>

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Programa	Encargos anuais	2009	2008
PPU	TR mais 8,85%	55	383
FDU	TR mais 8,85%	1.095	10.492
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	41.352	53.581
Totais		42.502	64.456
Menos - parcela de curto prazo		(14.419)	(23.148)
Realizável a longo prazo		<u>28.083</u>	<u>41.308</u>

PPU - Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

FDU - Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

PPU II/SFM - Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 04 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2009 será recebido como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010		18.088
2011	17.127	16.835
2012 à 2014	<u>25.375</u>	<u>29.533</u>
Total	<u><u>42.502</u></u>	<u><u>64.456</u></u>

6. RECURSOS A RECEBER DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício No. 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranaidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC-BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S.A..

O FDU mantém registrado a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno dos recursos da Agência de Fomento para o Fundo. Tal processo está sendo conduzido pela administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II, para composição de reservas para o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, os recursos derivados das operações de crédito originaram variação cambial ativa, no exercício de 2009, no montante de R\$ 47.704 (em 2008, variação passiva de R\$ 56.670), que se encontra refletida nas Demonstrações Contábeis.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional. As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização teve início em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná: relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, do Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$ 567.000 (567.000 mil em 2008) de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governo do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento - FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2009, foram destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31.12.2008, no montante de R\$ 11.011 (R\$ 11.603 em 2008) fonte de recursos FDU/Renda Líquida.

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2009	2008
Rádio e Televisão Educativa do Paraná	001/2005/SEDU/PVC		
Cine Império	Convênio nº 003/2003/SEDU/PVC		6
Programa de Valorização Cultural		122	9
Decreto 5.927 de 23.12.2005	Quadras Esportivas	1.904	4.920
	Obras Rec. Ambiental	915	768
	Escolas / C. Cultural	2.065	3.794
	Bombeiro Comunitário	92	180
	Recuperação Orla	3.188	2.542
	Município baixo IDH	197	139
Outras	Biblioteca Cidadã		381
		8.483	12.739

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 478/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Aplicações financeiras	286.001	286.001
Empréstimos e subempréstimos concedidos	42.502	42.502
Fornecedores	(463)	(4.283)
Empréstimos e financiamentos	(178.449)	(178.449)

b. Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swap*) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.2009 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2009 - USD	2008 - USD
Empréstimos e financiamentos	87.805	92.683
Exposição cambial líquida	87.805	92.683

c. Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

• Aplicações financeiras

Os saldos em aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• Derivativos

A Entidade administradora do Fundo tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2009, o Fundo não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

IX - ANEXO

• DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DELIBERAÇÃO

Nº 001/10

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 115ª Reunião Ordinária realizada em 28 de abril de 2010,

RESOLVE

- I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2009, bem como as "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS", apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da BDO TREVISAN – Auditores Independentes;
- II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;
- III. Aprovar a relação das licitações do período de 17/11/2009 a 13/04/2010.

Curitiba, 28 de abril de 2010.

Presidente do Conselho de Administração



**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DELIBERAÇÃO

Nº 001/10

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 115ª Reunião Ordinária realizada em de abril de 2010

RESOLVE

- I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2009, bem como as “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da BDO TREVISAN – Auditores Independentes;
- II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;
- III. Aprovar a relação das licitações do período de

Curitiba, de abril de 2010.

Presidente do Conselho de Administração